

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
---	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.226.672
Preferenciais	0
Total	109.226.672
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.034.374	998.868
1.01	Ativo Circulante	216.036	121.161
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80.964	80.730
1.01.03	Contas a Receber	-4	-4
1.01.03.01	Clientes	-4	-4
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	-4	-4
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.867	1.972
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.867	1.972
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	1.867	1.972
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	133.209	38.463
1.01.08.03	Outros	133.209	38.463
1.01.08.03.03	Pagamentos antecipados	5	0
1.01.08.03.04	Imposto s/ lucro	1.072	738
1.01.08.03.05	Dividendos a receber	132.129	37.711
1.01.08.03.06	Outros créditos	3	14
1.02	Ativo Não Circulante	818.338	877.707
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.368	10.722
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	109
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	109
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.368	10.613
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	2.286	2.443
1.02.01.09.05	Impostos s/ o lucro	8.082	8.170
1.02.02	Investimentos	807.672	866.687
1.02.03	Imobilizado	298	298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.034.374	998.868
2.01	Passivo Circulante	44.720	45.063
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	692	72
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	692	72
2.01.01.02.01	Folha de pagamento e provisãode férias	692	72
2.01.02	Fornecedores	132	151
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.937	1.592
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.937	1.592
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	1.090	1.070
2.01.03.01.03	Imposto s/ lucro	847	522
2.01.05	Outras Obrigações	41.959	43.248
2.01.05.02	Outros	41.959	43.248
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	41.468	41.468
2.01.05.02.04	Participação nos lucros	450	1.744
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	41	36
2.02	Passivo Não Circulante	50	50
2.02.03	Tributos Diferidos	50	50
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50	50
2.03	Patrimônio Líquido	989.604	953.755
2.03.01	Capital Social Realizado	566.831	566.831
2.03.02	Reservas de Capital	13.270	11.936
2.03.04	Reservas de Lucros	409.503	374.988

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	680	287
3.03	Resultado Bruto	680	287
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	31.388	50.945
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.565	-8.640
3.04.01.01	Despesas administrativas	-345	-787
3.04.01.02	Despesa com pessoal e administradores	-3.220	-7.250
3.04.01.03	Outras despesas não correntes	0	-603
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-310	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	35.263	59.585
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.068	51.232
3.06	Resultado Financeiro	2.165	1.983
3.06.01	Receitas Financeiras	2.165	1.983
3.06.01.01	Rendas financeiras	2.185	1.983
3.06.01.02	Outras	-20	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.233	53.215
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-70	-254
3.08.01	Corrente	-70	-254
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.163	52.961
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.163	52.961
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	34.163	52.961
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.163	52.961

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	234	-4.547
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	34.233	65.676
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	92	-4.401
6.01.03	Outros	-34.091	-65.822
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	18.510
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	234	13.963
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.730	78.802
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80.964	92.765

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.831	11.936	374.988	0	0	953.755
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.831	11.936	374.988	0	0	953.755
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.334	0	0	0	1.334
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.334	0	0	0	1.334
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	352	34.163	0	34.515
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.163	0	34.163
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	352	0	0	352
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	352	0	0	352
5.07	Saldos Finais	566.831	13.270	375.340	34.163	0	989.604

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	907.485	5.003	270.224	0	97.334	1.280.046
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	907.485	5.003	270.224	0	97.334	1.280.046
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.511	6.220	-1.171	0	-615	22.945
5.04.01	Aumentos de Capital	18.511	0	0	0	0	18.511
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.220	0	0	0	6.220
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.171	0	0	-1.171
5.04.08	Ajuste IFRS	0	0	0	0	-615	-615
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.422	0	65.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.422	0	65.422
5.07	Saldos Finais	925.996	11.223	269.053	65.422	96.719	1.368.413

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	483	-268
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	793	335
7.01.02	Outras Receitas	-310	-603
7.01.02.01	Outras despesas/receitas operacionais	-310	0
7.01.02.02	Outras despesas/receitas não correntes	0	-603
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-345	-787
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-345	-787
7.03	Valor Adicionado Bruto	138	-1.055
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138	-1.055
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.428	61.568
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	35.263	59.585
7.06.02	Receitas Financeiras	2.185	1.983
7.06.03	Outros	-20	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	37.566	60.513
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	37.566	60.513
7.08.01	Pessoal	3.220	7.250
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.070	7.129
7.08.01.02	Benefícios	11	11
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	11
7.08.01.04	Outros	135	99
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	183	302
7.08.02.01	Federais	143	285
7.08.02.03	Municipais	40	17
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.163	52.961
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.163	52.961

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.030.522	3.064.923
1.01	Ativo Circulante	1.115.218	1.132.622
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	511.855	550.077
1.01.03	Contas a Receber	406.354	409.952
1.01.03.01	Clientes	406.354	409.952
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	452.313	455.783
1.01.03.01.02	Provisão p/ cred de liquidação duvidosa	-45.959	-45.831
1.01.05	Ativos Biológicos	8.030	7.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.501	48.813
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.501	48.813
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	51.501	48.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	137.478	115.815
1.01.08.03	Outros	137.478	115.815
1.01.08.03.01	Baixa renda	23.472	17.418
1.01.08.03.02	Serviços pedidos	61.297	55.335
1.01.08.03.03	Imposto s/ lucro	44.447	36.597
1.01.08.03.04	Pagamentos antecipados	3.079	959
1.01.08.03.05	Outros créditos	5.183	5.506
1.02	Ativo Não Circulante	1.915.304	1.932.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	379.052	421.015
1.02.01.06	Tributos Diferidos	242.224	252.604
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	242.224	252.604
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	136.828	168.411
1.02.01.09.03	Consumidores e revendedores	60.505	58.177
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	37.447	42.813
1.02.01.09.05	Imposto s/ lucro	8.122	8.170
1.02.01.09.06	Ativo financeiro da concessão	22.599	50.409
1.02.01.09.07	Outros créditos	8.155	8.842
1.02.02	Investimentos	221	221
1.02.03	Imobilizado	141.217	141.838
1.02.04	Intangível	1.394.814	1.369.227

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.030.522	3.064.923
2.01	Passivo Circulante	707.849	690.177
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.798	7.651
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.798	7.651
2.01.01.02.01	Folha de pagamento e provisões p/ férias	11.798	7.651
2.01.02	Fornecedores	144.817	174.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	78.950	75.054
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78.950	75.054
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	35.774	36.325
2.01.03.01.03	Impostos s/ lucro	43.176	38.729
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	261.502	253.747
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	202.163	186.806
2.01.04.02	Debêntures	59.339	66.941
2.01.05	Outras Obrigações	184.578	152.234
2.01.05.02	Outros	184.578	152.234
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	111.618	61.354
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	5.571	5.434
2.01.05.02.05	Taxa de iluminação pública	13.326	13.493
2.01.05.02.06	P&D e PEE	18.416	15.890
2.01.05.02.08	Encargo das dívidas	5.818	9.009
2.01.05.02.09	Participação nos lucros	5.639	18.538
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	24.190	28.516
2.01.06	Provisões	26.204	27.444
2.01.06.02	Outras Provisões	26.204	27.444
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	26.204	27.444
2.02	Passivo Não Circulante	1.283.542	1.341.789
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.041.182	1.103.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	840.760	849.877
2.02.01.02	Debêntures	200.422	253.139
2.02.02	Outras Obrigações	117.184	117.297
2.02.02.02	Outros	117.184	117.297
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	84.359	84.329
2.02.02.02.04	P&D e PEE	28.111	28.111
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	4.714	4.857
2.02.03	Tributos Diferidos	110.404	104.577
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.404	104.577
2.02.04	Provisões	14.772	16.899
2.02.04.02	Outras Provisões	14.772	16.899
2.02.04.02.04	Provisão para contingência	14.772	16.899
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.039.131	1.032.957
2.03.01	Capital Social Realizado	566.831	566.831
2.03.02	Reservas de Capital	13.270	11.936
2.03.04	Reservas de Lucros	409.503	374.988
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	49.527	79.202

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	419.068	374.140
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-256.845	-226.647
3.02.01	Energia elétrica comprada p/ revenda	-115.090	-100.502
3.02.02	Custo de construção	-78.433	-69.321
3.02.03	Encargo uso do sistema de transm e distrib	-22.346	-21.072
3.02.04	Custo da Operação - Pessoal	-5.171	-4.754
3.02.05	Custo da Operação - Material	-1.296	-1.425
3.02.06	Custo da Operação - Serviços de terceiros	-12.111	-8.786
3.02.07	Custo da Operação - depreciação e amortização	-23.030	-19.757
3.02.08	Custo da Operação - Arrendamentos e aluguéis	-363	-32
3.02.09	Outros	1.309	-998
3.02.10	Custo do serviço prestado a terceiros	-314	0
3.03	Resultado Bruto	162.223	147.493
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-79.482	-46.505
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.620	-13.381
3.04.01.01	Despesa com venda	-26.620	-13.381
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.940	-38.992
3.04.02.01	Despesa administrativa	-21.393	-17.529
3.04.02.02	Despesa com pessoal e administradores	-4.605	-10.959
3.04.02.03	Prov. p/ cred. de liquidação duvidosa e perda	-8.533	-5.823
3.04.02.04	Provisão (reversão) de contingência	-3.483	-1.337
3.04.02.05	Depreciação e amortização	-3.926	-3.344
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.825	-7.630
3.04.05.01	Outras	-8.284	-4.546
3.04.05.02	Outras despesas/receitas não correntes	-541	-3.084
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.097	13.498
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	82.741	100.988
3.06	Resultado Financeiro	-7.862	-6.384
3.06.01	Receitas Financeiras	31.590	27.425
3.06.01.01	Rendas financeiras	31.915	14.341
3.06.01.02	Acrécimo moratório de energia vendida	758	12.241
3.06.01.03	Encargos de dívidas	254	0
3.06.01.04	Variações monetárias cambiais	-1.337	843
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.452	-33.809
3.06.02.01	Juros dos empréstimos e financiamentos	-34.814	-28.783
3.06.02.02	Outras	-4.638	-5.026
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	74.879	94.604
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.319	-17.520
3.08.01	Corrente	-5.957	-7.188
3.08.02	Diferido	-16.362	-10.332
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	52.560	77.084
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-18.397	-24.123
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-18.397	-24.123
3.10.01.01	Participação de acionistas não controladores	-18.397	-24.123
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	34.163	52.961

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	34.163	52.961
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	34.163	52.961
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	34.163	52.961
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	34.163	52.961

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.276	53.716
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	74.879	107.065
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-55.895	-95.067
6.01.03	Outros	38.292	41.718
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-33.359	-3.408
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-62.140	32.599
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38.223	82.907
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	550.078	440.507
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	511.855	523.414

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.831	11.936	374.988	0	0	953.755	0	953.755
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.831	11.936	374.988	0	0	953.755	0	953.755
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.334	0	0	0	1.334	0	1.334
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.334	0	0	0	1.334	0	1.334
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	352	34.163	0	34.515	0	34.515
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.163	0	34.163	0	34.163
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	352	0	0	352	0	352
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	352	0	0	352	0	352
5.07	Saldos Finais	566.831	13.270	375.340	34.163	0	989.604	0	989.604

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	907.485	5.003	270.224	0	97.334	1.280.046	0	1.280.046
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	907.485	5.003	270.224	0	97.334	1.280.046	0	1.280.046
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.511	6.220	-1.171	0	-615	22.945	0	22.945
5.04.01	Aumentos de Capital	18.511	0	0	0	0	18.511	0	18.511
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.220	0	0	0	6.220	0	6.220
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.171	0	0	-1.171	0	-1.171
5.04.08	Ajuste IFRS	0	0	0	0	-615	-615	0	-615
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.422	0	65.422	0	65.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.422	0	65.422	0	65.422
5.07	Saldos Finais	925.996	11.223	269.053	65.422	96.719	1.368.413	0	1.368.413

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	530.858	482.956
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	551.700	497.746
7.01.02	Outras Receitas	-12.309	-8.967
7.01.02.01	Outras receitas/despesas operacionais	-8.284	-4.546
7.01.02.02	Outras receitas/despesas não correntes	-542	-3.084
7.01.02.03	Provisão/reversão para contingências	-3.483	-1.337
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.533	-5.823
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-262.434	-223.440
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-215.869	-190.895
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.703	-31.050
7.02.04	Outros	-862	-1.495
7.02.04.01	Despesas comerciais e outros	-862	-1.495
7.03	Valor Adicionado Bruto	268.424	259.516
7.04	Retenções	-26.956	-23.101
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.956	-23.101
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	241.468	236.415
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.937	35.054
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.097	13.498
7.06.02	Receitas Financeiras	32.672	26.582
7.06.03	Outros	-4.638	-5.026
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	267.405	271.469
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	267.405	271.469
7.08.01	Pessoal	14.254	25.132
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.499	18.800
7.08.01.02	Benefícios	3.495	3.173
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.164	1.189
7.08.01.04	Outros	1.096	1.970
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	154.950	140.360
7.08.02.01	Federais	85.816	73.484
7.08.02.02	Estaduais	68.849	66.689
7.08.02.03	Municipais	285	187
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.641	28.893
7.08.03.01	Juros	35.897	27.940
7.08.03.02	Aluguéis	9.744	953
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	52.560	77.084
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.163	52.961
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	18.397	24.123

1T11 desempenho

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2011 - A Equatorial Energia S.A. (BM&FBOVESPA: EQTL3) anuncia os seus resultados do primeiro trimestre de 2011 (1T11).

A Equatorial é uma empresa *holding* que possui investimentos na Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), na Geramar e na Equatorial Soluções. A Equatorial possui 65,11% da CEMAR, concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo estado do Maranhão. A Equatorial também participa em 25% da Geramar, sociedade responsável pela construção e operação de 2 usinas térmicas no Maranhão, com capacidade instalada de 330MW. As informações não financeiras da Equatorial Energia e de suas controladas, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT), as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes. No segmento de prestação de serviços, a Equatorial detém 100% da Equatorial Soluções.

DEMANDA DE ENERGIA CRESCE 3,9% NO 1T11. EBITDA CONSOLIDADO ATINGE R\$112,3 MILHÕES NO TRIMESTRE.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ A receita operacional líquida (ROL) do 1T11 atingiu R\$413,1 milhões, 10,4% superior à ROL do 1T10, o que reflete crescimento de 9,8% na CEMAR.
- ▶ O volume total de energia faturada da CEMAR atingiu 998 GWh no 1T11, 3,9% superior ao 1T10.
- ▶ No 1T11, o EBITDA somou R\$112,3 milhões, queda de 2,0% em relação ao valor apresentado no 1T10.
- ▶ O lucro líquido do trimestre atingiu R\$34,2 milhões, queda de 10,2% se comparado ao valor ajustado do mesmo trimestre do ano anterior (vide seção "Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado" para maiores detalhes).
- ▶ No 1T11, os investimentos consolidados da Equatorial totalizaram R\$80,4 milhões, e foram 3,6% maiores do que os realizados no 1T10. Na CEMAR (excluindo investimentos diretos no Programa Luz para Todos - PLPT), os investimentos totalizaram R\$42,6 milhões, crescimento de 11,3%. Já os investimentos do PLPT somaram R\$37,7 milhões.
- ▶ No 1T11, os índices de DEC e FEC da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 21,5 horas e 12,9 vezes, respectivamente, registrando quedas de 1,7% e 10,9% em relação aos índices observados ao final do 1T10.
- ▶ As perdas totais de energia dos últimos 12 meses encerrados no 1T11 da CEMAR representaram 21,6% da energia requerida, estando 2,6 p.p. abaixo do índice do 1T10.

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	1T10	4T10	1T11	Var.
Receita Operac. Líquida Total (ROL)	374,1	510,8	413,1	10,4%
EBITDA	114,6	129,3	112,3	-2,0%
Margem EBITDA (% ROL)	30,6%	25,3%	27,2%	-3,4 p.p.
Lucro Líquido	52,5	35,5	34,2	-34,9%
Margem Líquida (% ROL)	14,0%	6,9%	8,3%	-5,7 p.p.
Lucro Líquido por Ação (R\$ / ação)	0,50	0,33	0,31	-36,9%
Investimentos				
CEMAR	38,3	67,3	42,6	11,3%
PLPT (CEMAR)	33,1	58,3	37,7	13,9%
Geramar (ex-Geranorte)	6,3	0,4	0,2	-97,2%
Total	77,6	126,0	80,4	3,6%
Dívida Líquida	754,3	758,7	752,8	-0,2%
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	1,6	1,5	1,5	-0,1 x

1T11 desempenho

ÍNDICE

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS	1
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	3
2.1 DESEMPENHO OPERACIONAL – DISTRIBUIÇÃO – CEMAR.....	3
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	5
3.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO	5
3.1.1 - RECEITA OPERACIONAL.....	6
3.1.2 - CUSTOS E DESPESAS.....	6
3.1.3 - EBITDA.....	7
3.1.4 - RESULTADO FINANCEIRO.....	7
3.1.5 - LUCRO LÍQUIDO.....	7
3.2 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – CEMAR	8
3.2.1 - RECEITA OPERACIONAL.....	8
3.2.2 - CUSTOS E DESPESAS.....	9
3.2.3 - EBITDA.....	10
3.2.4 - RESULTADO FINANCEIRO.....	10
3.2.5 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	10
3.2.6 - LUCRO LÍQUIDO.....	11
3.3 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO - GERAMAR	12
3.3.1 - RECEITA OPERACIONAL.....	12
3.3.2 - CUSTOS E DESPESAS.....	12
3.3.3 - EBITDA.....	12
3.3.4 - RESULTADO FINANCEIRO.....	12
3.3.5 - LUCRO LÍQUIDO.....	12
4. ENDIVIDAMENTO	13
6. INVESTIMENTOS	15
6.1 - CEMAR.....	15
6.2 - GERAMAR.....	15
7. MERCADO DE CAPITALIS	15
8. NOVOS PROJETOS	15
9. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	15
10. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO	16
ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO (R\$ MM)	17
ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR EMPRESA (R\$ MM)	19
ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MM)	20
ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	22

1T11 desempenho

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações operacionais constantes desta seção são pró-forma e refletem 100% das operações da CEMAR e 25,0% da Geramar.

2.1 DESEMPENHO OPERACIONAL – DISTRIBUIÇÃO – CEMAR

VENDAS DE ENERGIA ELÉTRICA

No 1T11, as vendas de energia cresceram 3,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 997,6 GWh. O crescimento observado no trimestre é resultado de 3 causas principais: (i) crescimento econômico do Estado; (ii) ligação de novos clientes à base de consumidores da Companhia, e; (iii) a intensificação no combate às perdas da Companhia.

Ao contrário do que ocorreu no primeiro semestre de 2010, quando a variável climática influenciou positivamente o consumo de energia no Estado, no 1T11, o índice pluviométrico do período ficou razoavelmente dentro de sua média histórica recente, sem grande impacto sobre o volume de energia vendido pela CEMAR no período.

CLASSE DE CONSUMO (MWh)	1T10	4T10	1T11	Var.
Residencial	449.430	506.965	467.658	4,1%
Industrial	97.279	111.262	102.055	4,9%
Comercial	190.389	215.499	198.137	4,1%
Outros	222.823	259.842	229.735	3,1%
TOTAL	959.921	1.093.568	997.586	3,9%

Nº de Consumidores	1T10	4T10	1T11	Var.
Residencial	1.518.854	1.598.117	1.630.483	7,3%
Industrial	9.734	9.878	9.695	-0,4%
Comercial	118.765	123.938	124.005	4,4%
Outros	83.572	90.375	90.716	8,5%
TOTAL	1.730.925	1.822.308	1.854.899	7,2%

BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da CEMAR alcançou 1.259 GWh no 1T11, apresentando crescimento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, abaixo do crescimento observado no trimestre em virtude da redução de 7,7% no volume de perdas de energia.

Bal. Energético (MWh)	1T10	4T10	1T11	Var.
Energia Requerida	1.240.466	1.420.895	1.258.191	1,4%
Energia Vendida (*)	960.070	1.095.389	999.283	4,1%
Perdas	280.396	325.507	258.908	-7,7%

(*) Inclui venda às classes, consumo próprio e vendas à CEPISA

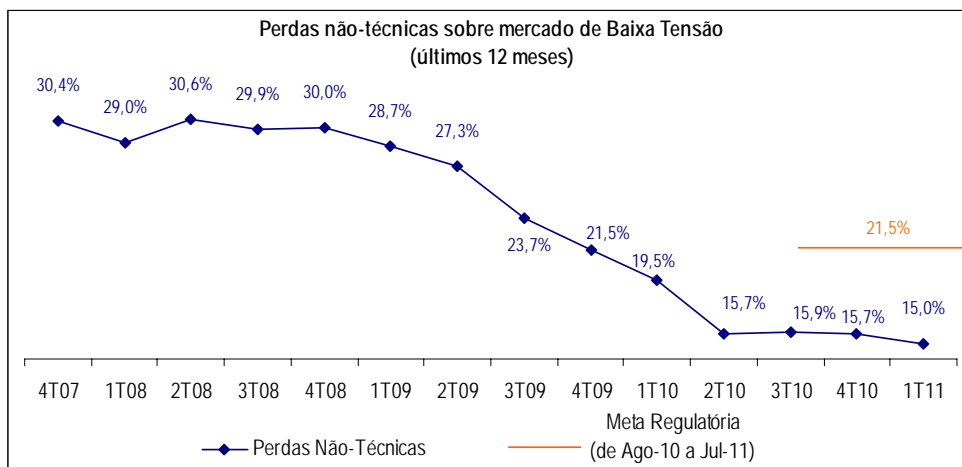
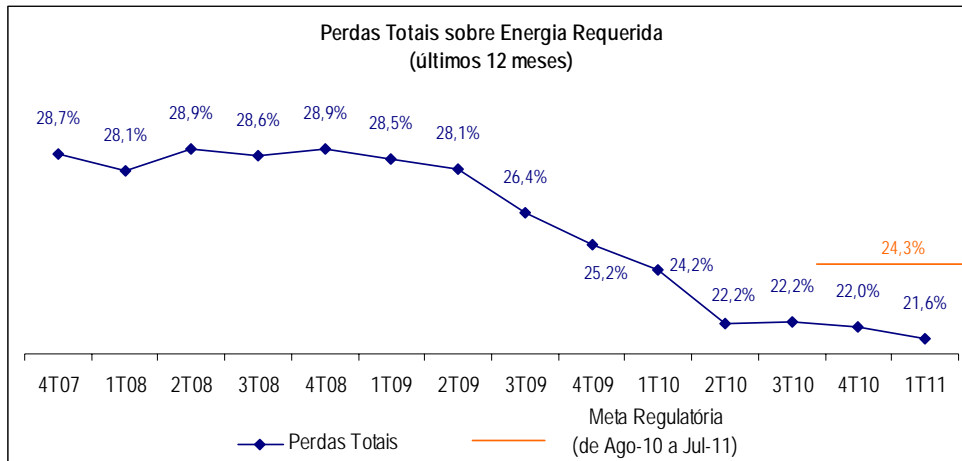
PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Com o intuito de manter o nível de perdas de energia da Companhia abaixo das metas regulatórias estabelecidas no processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CEMAR, o combate às perdas foi intensificado e diversas medidas adotadas desde o final de 2008 vêm continuamente mostrando resultados positivos.

Dentre as medidas adotadas, podemos destacar: i) maior eficácia nas inspeções, tanto baixa como alta tensão, através de iniciativas para aperfeiçoar o processo de seleção de alvos como a melhor utilização dos apontamentos realizados pelos leituristas e pela medição fiscal, que consiste em comparar o volume de energia distribuída por cada transformador com o efetivamente faturado aos clientes ligados àquele mesmo transformador; ii) intensificação no treinamento das equipes de campo; e iii) combate massivo às ligações clandestinas e à auto-religação (quando, após ter sua energia cortada pela Companhia, o próprio cliente refaz sua ligação, sem dar ciência à CEMAR).

Dessa forma, as perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 1T11 representaram 21,6% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão chegaram a 15,0%. Apesar de acreditarmos ser possível diminuir ainda mais o nível de perdas de energia, é natural observarmos que a velocidade dessa redução venha sendo menor nos trimestres recentes. Isto deriva de que quanto menor é o nível de perdas gradativamente mais difícil torna-se combatê-las. Neste sentido, a Companhia vem investindo no aprimoramento dos sistemas inteligentes para seleção de alvos para recuperação de energia que propiciem maior índice de acerto e retorno nas inspeções.

Comunicário de 1T11 desempenho

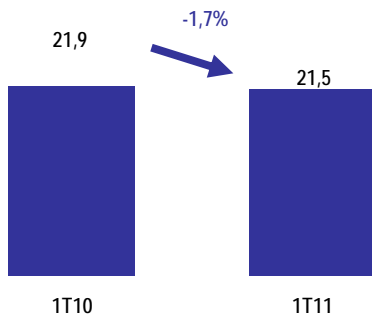


QUALIDADE DO SERVIÇO

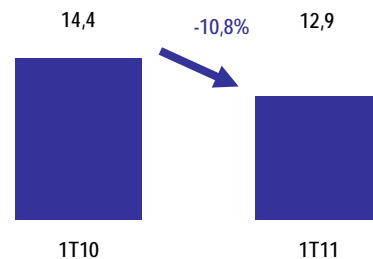
O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 1T11, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 21,5 horas, que comparado às 21,9 horas do final do 1T10, representou uma melhora de 1,7%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do 1T11, foi de 12,9 vezes, representando redução de 10,8% em relação ao fechamento do 1T10.

DEC (horas – últimos 12 meses)



FEC (vezes – últimos 12 meses)



1T11 desempenho

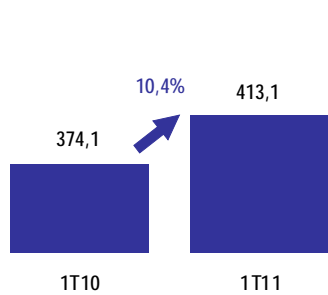
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações constantes desta seção refletem: i) 100% das operações da CEMAR, excluindo 34,89% dos minoritários antes do Lucro Líquido, resultando na participação de 65,11%, ii) 25,0% das operações da Geramar, e iii) 100% das operações da Equatorial Soluções.

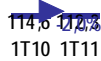
3.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

DRE CONSOLIDADA (R\$MM)	1T10	4T10	1T11	Var.
Receita Operac. Bruta (ROB)	497,7	652,9	544,4	9,4%
Receita Operac. Líquida (ROL)	374,1	510,8	413,1	10,4%
Custo de Energia Elétrica	(189,7)	(279,8)	(218,6)	15,3%
Custos e Despesas Operacionais	(69,8)	(101,7)	(82,2)	17,7%
EBITDA	114,6	129,3	112,3	-2,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(4,1)	(4,4)	(0,5)	-86,6%
Depreciação	(23,2)	(26,9)	(27,0)	16,4%
Resultado do Serviço (EBIT)	87,4	97,9	84,8	-3,0%
Resultado Financeiro	(7,0)	(29,8)	(7,9)	12,4%
Resultado Operacional	80,4	68,1	77,0	-4,3%
Amortização de Ágio	13,5	(1,6)	(2,1)	-115,5%
Lucro Antes da Tributação (EBT)	93,9	66,5	74,9	-20,3%
IRPJ/CSLL	(17,3)	(14,8)	(22,3)	29,0%
Participações Minoritárias	(24,1)	(16,3)	(18,4)	-23,7%
Lucro Líquido (LL)	52,5	35,5	34,2	-34,9%

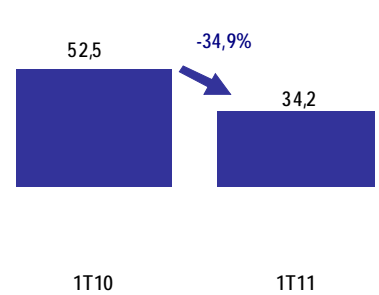
ROL (R\$MM) – Trimestral



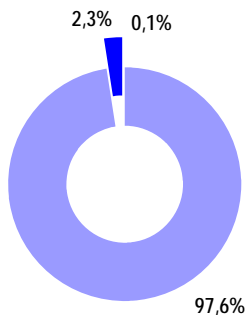
EBITDA (R\$MM) - Trimestral



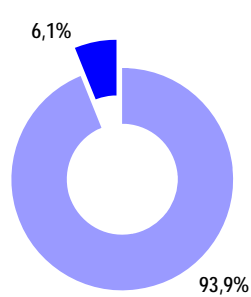
Lucro Líquido (R\$MM) – Trimestral



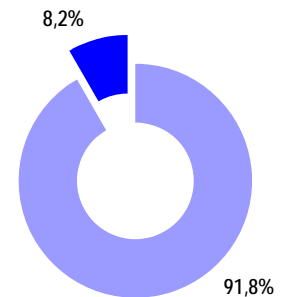
ROL por Segmento* (%) – 4T10



EBITDA por Segmento* (%) – 4T10



Lucro Líquido por Segmento* (%) – 4T10



■ Distribuição ■ Geração ■ Serviços

■ Distribuição ■ Geração

■ Distribuição ■ Geração

(*) Apenas as empresas operacionais e com dados positivos estão sendo consideradas nestes gráficos.

1T11 desempenho

3.1.1 - RECEITA OPERACIONAL

RECEITA OPERACIONAL - CONSOLIDADO (R\$ MM)	1T10	4T10	1T11	Var.
Receita Bruta de Fornecimento	383,5	454,1	403,3	5,2%
Residencial	187,1	219,4	197,1	5,3%
Industrial	34,1	40,9	36,4	7,0%
Comercial	89,0	104,1	92,3	3,8%
Outras Classes	73,4	89,7	77,4	5,5%
Suprimento	1,6	27,3	19,2	1121,7%
Uso da Rede	0,1	0,1	0,1	-24,2%
Outras Receitas	34,2	43,7	31,7	-7,4%
Baixa Renda	30,3	30,9	24,9	-17,8%
Outras Receitas Operacionais	3,9	12,9	6,8	72,5%
Receita de Construção	69,3	115,3	78,4	13,1%
Receita Operacional Bruta - Distribuição	488,7	640,4	532,7	9,0%
Geração	8,3	12,1	10,3	24,7%
Serviços	0,8	0,4	1,4	72,2%
Receita Operacional Bruta - Consolidado	497,7	652,9	544,4	9,4%
ICMS	(66,7)	(77,7)	(68,8)	3,2%
PIS/Cofins	(39,6)	(47,5)	(41,7)	5,3%
Encargos do Consumidor	(17,3)	(16,9)	(20,7)	19,5%
Receita Operacional Líquida - Consolidado	374,1	510,8	413,1	10,4%

A receita operacional líquida (ROL) consolidada no 1T11 foi de R\$413,1 milhões (neste trimestre, a CEMAR reconheceu R\$78,4 milhões de Receita de Construção), representando crescimento de 10,4% se comparado aos R\$374,1 milhões registrados no 1T10. A principal influência sobre essa conta é do segmento de distribuição, que representa 97,6% da ROL consolidada, seguido pelos segmentos de geração (2,3%) e serviços (0,1%). Por empresa, os percentuais são rigorosamente os mesmos, com CEMAR representando a distribuição, Geramar a geração e Equatorial Soluções representando serviços. (Para maiores comentários sobre a evolução da ROL, vide seções específicas de Desempenho Econômico Financeiro de CEMAR e Geramar).

3.1.2 - CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas operacionais consolidados foram de R\$328,3 milhões no 1T11, sendo 14,5% maiores quando comparados ao 1T10. Na composição dessa cifra, estão os custos e despesas não gerenciáveis (compra e transporte de energia, encargos setoriais e Custo de Construção), que registraram o total de R\$215,1 milhões e crescimento de 15,3%, enquanto que os custos e despesas gerenciáveis atingiram R\$87,4 milhões, aumento de 13,6%.

Custos e Despesas Operacionais	1T10	4T10	1T11	Var.
Compra de Energia (inclui encargos)	186,6	276,3	215,1	15,3%
PMSO	54,2	76,5	69,0	27,3%
Provisões e Outras Despesas Operacionais	10,0	32,4	10,4	3,5%
Depreciação	22,4	25,9	25,8	15,3%
CEMAR	273,2	411,1	320,3	17,3%
CUST + Custos de geração	3,1	2,4	2,0	-36,2%
PMSO	0,6	0,3	0,4	-41,4%
Depreciação	0,8	1,2	1,2	NA
Geramar	4,5	3,8	3,5	-21,7%
PMSO	0,4	0,7	0,6	60,6%
Depreciação	0,0	0,0	0,0	NA
Equatorial Soluções	0,4	0,7	0,6	63,0%
PMSO	8,6	(2,6)	3,9	-55,2%
Depreciação	0,0	(0,1)	-	N/A
Equatorial (holding)	8,7	(2,7)	3,9	-55,4%
Equatorial Consolidado	286,7	412,9	328,3	14,5%

Para maiores detalhes em relação aos custos e despesas por companhia, vide seções específicas de Desempenho Econômico Financeiro - CEMAR e Geramar.

1T11 desempenho

3.1.3 - EBITDA

O EBITDA consolidado do 1T11, a Companhia apresentou queda de 2,0% na comparação com o EBITDA do 1T10, atingindo R\$112,3 milhões.

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	1T10	4T10	1T11	Var.
Resultado do Serviço	87,4	97,9	84,8	-3,0%
Depreciação e Amortização	23,2	26,9	27,0	16,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	4,1	4,4	0,5	-86,6%
EBITDA	114,6	129,3	112,3	-2,0%
Atualização Dep. Judiciais		15,0		N/A
EBITDA Ajustado	114,6	144,3	112,3	-2,0%

3.1.4 - RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ MM)	1T10	4T10	1T11	Var.
Renda s/ aplicações financeiras	8,8	11,2	14,0	58,7%
Multas e mora s/ conta de energia	12,6	15,9	17,3	37,0%
Outras Receitas Financeiras	5,4	1,5	1,3	-75,7%
Receitas Financeiras	26,8	28,5	32,6	21,6%
Juros s/ emprést. e financ.	(20,5)	(22,0)	(23,8)	16,2%
Variações Monetárias e Cambiais	(6,9)	(10,2)	(6,9)	1,0%
Outras Despesas Financeiras	(6,5)	(26,1)	(9,7)	50,2%
Despesas Financeiras	(33,8)	(58,4)	(40,4)	19,6%
Resultado Financeiro Líquido	(7,0)	(29,8)	(7,9)	12,3%

No 1T11, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$7,9 milhões, versus R\$7,0 milhões no mesmo trimestre do ano anterior.

Destacamos as principais variações por empresa:

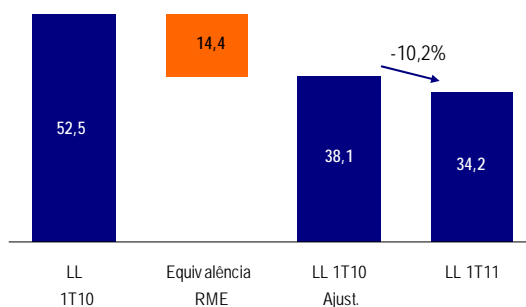
- ▶ **CEMAR:** No 1T11, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$7,4 milhões, ante R\$6,8 milhões no 1T10, aumento de 9,2%. Observamos crescimento na Despesa Financeira de 19,2%, somando R\$37,5 milhões no trimestre, mais do que compensando o crescimento de 21,9% observado na receita financeira
- ▶ **Geramar:** Foram reconhecidos R\$2,8 milhões em despesas financeiras líquidas decorrentes dos empréstimos contraídos ao longo da construção das usinas.
- ▶ **Equatorial (holding):** Resultado positivo de R\$2,2 milhões, basicamente em virtude da aplicação do caixa disponível na Companhia.

3.1.5 - LUCRO LÍQUIDO

No 1T11, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$34,2 milhões, queda de 10,2% em relação ao valor ajustado do mesmo trimestre do ano anterior. No 1T10, excluímos o reconhecimento na Equatorial holding de R\$14,4 milhões em Equivalência Patrimonial provenientes do resultado da RME (controladora de Light S.A.) no período. Até abril de 2010, quando ocorreu a sua cisão, a Equatorial detinha indiretamente (através de sua participação na RME) 13,03% da Light S.A., participação essa que foi cindida e transferida à Redentor Energia.

O lucro líquido do 1T11 representou R\$0,31 por ação da Equatorial, versus R\$0,50 no mesmo trimestre do ano anterior.

CONCIIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO



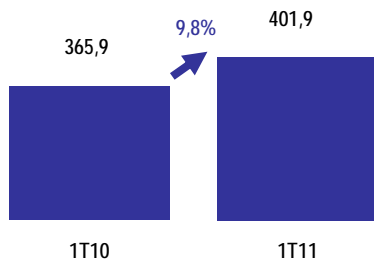
1T11 desempenho

3.2 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – CEMAR

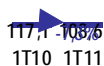
As informações econômico-financeiras constantes desta seção refletem 100% das operações da CEMAR.

DRE CEMAR (R\$MM)	1T10	4T10	1T11	Var.
Receita Operac. Bruta (ROB)	488,7	640,4	532,5	9,0%
Receita Operac. Líquida (ROL)	365,9	499,5	401,9	9,8%
Custo de Energia Elétrica	(186,6)	(277,4)	(215,3)	15,4%
Custos e Despesas Operacionais	(62,2)	(103,2)	(78,0)	25,3%
EBITDA	117,1	118,9	108,6	-7,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2,0)	(4,6)	(0,5)	-73,3%
Resultado do Serviço (EBIT)	92,7	88,4	82,2	-11,3%
Resultado Financeiro	(6,8)	(29,2)	(7,4)	9,2%
Lucro Antes da Tributação (EBT)	86,0	59,3	74,9	-12,9%
IR/CS	(16,9)	(12,5)	(22,1)	31,2%
Lucro Líquido (LL)	69,1	46,8	52,7	-23,7%

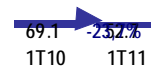
ROL (R\$MM) – Trimestral



EBITDA (R\$MM) - Trimestral



Lucro Líquido (R\$MM) – Trimestral



3.2.1 - RECEITA OPERACIONAL

ANÁLISE DA RECEITA	1T10	4T10	1T11	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	959.921	1.093.568	997.586	3,9%
No. de Clientes**	1.730.925	1.822.308	1.854.899	7,2%
KWh por Cliente (no período)	554,6	600,1	537,8	-3,0%
Receita Bruta de Fornecimento de Energia (R\$ MM)	383,5	454,1	403,3	5,2%
Residencial	187,1	219,4	197,1	5,3%
Industrial	34,1	40,9	36,4	7,0%
Comercial	89,0	104,1	92,3	3,8%
Outras classes	73,4	89,7	77,4	5,5%
Suprimento (R\$ MM)	1,6	27,3	19,2	1121,7%
Outras Receitas (R\$ MM)	34,3	43,8	31,6	-8,0%
Subvenção Baixa Renda	30,3	30,9	24,9	-17,8%
Uso da Rede	0,1	0,1	0,1	-24,2%
Outras Receitas Operacionais	3,9	12,9	6,6	67,4%
Receita de Construção	69,3	115,3	78,4	13,1%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(122,8)	(140,9)	(130,6)	6,4%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	365,9	499,5	401,9	9,8%

* Exclui Consumo Próprio e Fornecimento à CEPISA

** Exclui unidades consumidoras próprias

No 1T11, a Receita Bruta de venda de energia cresceu 5,2%, influenciada principalmente pelo crescimento no volume da energia vendida de 3,9% no trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Já a Receita Líquida atingiu R\$401,9 milhões (R\$323,4 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), alta de 9,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. No 1T11 foram reconhecidos R\$78,4 milhões, ao passo que no 1T10 foram reconhecidos R\$69,3 milhões.

1T11 desempenho

3.2.2 - CUSTOS E DESPESAS

No 1T11, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$293,8 milhões (R\$215,4 milhões, desconsiderando os Custos de Construção), equivalentes a 73,1% da receita líquida, aumento de 4,5 p.p. em relação ao percentual verificado no 1T10, de 68,5%.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

No 1T11, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo a PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), as provisões para contingências, e outros custos não operacionais, atingiu R\$67,5 milhões, aumento de 1,9 p.p. quando comparado ao percentual apresentado no 1T10.

Neste trimestre, as despesas com pessoal totalizaram R\$19,4 milhões, aumento de 10,4% em relação ao observado no 1T10. Esse aumento é principalmente reflexo do acordo coletivo firmado em novembro de 2010, quando foi concedido reajuste salarial de 5,39%. Vale lembrar que foram transferidas as despesas com PLR (Participação nos Lucros) para dentro da linha de Pessoal, quanto antes eram lançadas em uma linha específica logo acima do Lucro Líquido do Exercício. Tanto no 1T10 como no 1T11, os valores provisionados de PLR foram de R\$2,7 milhões.

As despesas com materiais totalizaram R\$1,6 milhão no 1T11, apresentando queda de 21,9% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Os principais custos que compõem essa rubrica são: i) a compra de material para a operação e manutenção do sistema elétrico, de R\$1,1 milhão; e ii) compra de combustíveis e lubrificantes para veículos das equipes de atendimento, que totalizou R\$0,5 milhão.

Os gastos com serviços de terceiros no 1T11 apresentaram aumento de 42,5% em relação aos valores verificados no 1T10, encerrando o trimestre em R\$43,6 milhões, impactados pelo aumento significativo no número de clientes (7,2%), melhoria da qualidade do sistema de distribuição de energia elétrica e ao programa de combate às perdas da Companhia. As principais contas que compõem essa rubrica são: i) serviços de plantão de emergência, com equipes de apoio de técnicos e eletricitas, totalizando R\$6,7 milhões; ii) serviços de combate à fraude, como parte do plano de redução de perdas de energia da Companhia, de R\$4,8 milhões, iii) manutenção de licença de softwares, de R\$3,4 milhões e iv) outros de valores menos expressivos, como agentes arrecadadores, manutenção em linha viva, serviços de corte e leitura, call center, entre outros.

No 1T11, o nível de PDD e Perdas registrado foi de R\$8,5 milhões, ou 1,9% da Receita Operacional Bruta, (ROB), nível 0,4 p.p. superior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior. Apenas para o cálculo desses percentuais, estamos desconsiderando a Receita de Construção como parte da Receita Bruta.

A CEMAR atingiu a marca de 1.505 clientes por colaborador no 1T11, melhorando em relação ao valor apresentado no mesmo período do ano anterior, de 1.315 clientes por colaborador. Quanto à relação PMSO por cliente, houve aumento de 16,2%, representando custo de R\$36,4 por cliente.

R\$ MM	1T10	4T10	1T11	Var.
Pessoal	17,5	18,8	19,4	10,4%
Material	2,0	2,2	1,6	-21,9%
Serviço de Terceiros	30,6	48,0	43,6	42,5%
Outros	4,1	3,1	3,0	-26,8%
PMSO	54,2	72,1	67,5	24,6%
<i>% Receita Líquida</i>	14,8%	14,4%	16,8%	1,9 p.p.
Provisões	8,0	31,1	10,4	30,4%
PDD e Perdas	5,8	10,8	8,5	46,5%
<i>% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)</i>	1,4%	2,1%	1,9%	0,4 p.p.
Provisões para Contingências	2,2	20,4	1,9	-12,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2,0	4,6	0,5	-73,3%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	64,2	107,8	78,5	22,2%
<i>% Receita Líquida (c/ Receita de Construção)</i>	17,6%	21,6%	19,5%	1,9 p.p.
Energia Comprada e Transporte	95,8	140,3	112,0	16,9%
Encargos Uso Rede e Conexão	20,7	20,7	23,4	13,0%
Custo de Construção	69,3	115,3	78,4	13,1%
Outros Custos	0,7	1,1	1,5	101,8%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	186,6	277,4	215,3	15,4%
<i>% Receita Líquida (c/ Receita de Construção)</i>	51,0%	55,5%	53,6%	2,5 p.p.
TOTAL	250,8	385,2	293,8	17,1%
Total (%Rec. Líq.)	68,5%	77,1%	73,1%	4,5 p.p.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NÃO GERENCIÁVEIS

No 1T11, a Companhia registrou um total de R\$215,3 milhões (R\$136,9 milhões, desconsiderando os custos de construção) de custos e despesas operacionais não gerenciáveis, um aumento de 15,4% em relação ao 1T10. O aumento verificado no trimestre decorre principalmente da maior compra de

1T11 desempenho

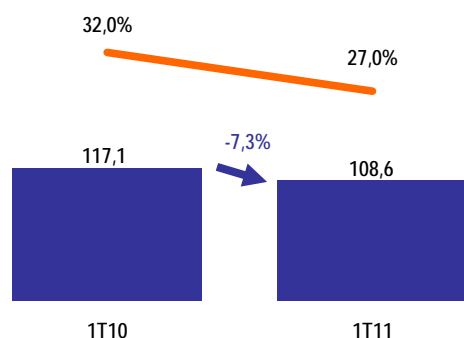
energia no período para atendimento do crescimento no consumo do mercado cativo e do aumento no valor reconhecido como Custo de Construção. É importante destacar que os custos de compra e transporte de energia, e encargos setoriais fazem parte de Parcela A da tarifa de energia, e, portanto, qualquer aumento nos mesmos decorrentes de variação de preços deve ser repassado à Companhia através do índice de reajuste tarifário anual (IRT), não devendo representar uma perda financeira para a mesma.

3.2.3 - EBITDA

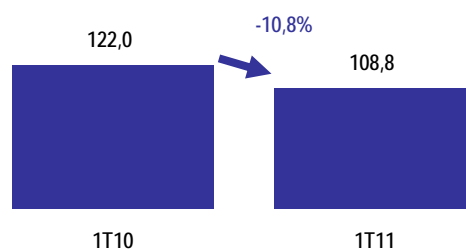
No 1T11, o EBITDA atingiu R\$108,6 milhões, sendo 7,3% inferior aos R\$117,1 milhões registrados no mesmo trimestre do ano anterior.

EBITDA (R\$ milhões)	1T10	4T10	1T11	Var.
Resultado do Serviço	92,7	88,4	82,2	-11,3%
Depreciação e Amortização	22,4	25,9	25,8	15,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2,0	4,6	0,5	-73,3%
EBITDA	117,1	118,9	108,6	-7,3%
Atualização Dep. Judiciais		15,0		N/A
EBITDA Ajustado	117,1	133,9	108,6	-7,3%

EBITDA (R\$MM) e Margem EBITDA: Trimestral



EBITDA (R\$) por MWh: Trimestral



3.2.4 - RESULTADO FINANCEIRO

No 1T11, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$7,4 milhões, ante R\$6,8 milhões no 1T10, aumento de 9,2%. Observamos crescimento na Despesa Financeira de 19,2%, somando R\$37,5 milhões no trimestre, mais do que compensando o crescimento de 21,9% observado na receita financeira.

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

R\$ MM	1T10	4T10	1T11	Var.
Rendas s/ aplicações financeiras	6,7	8,8	11,5	71,6%
Multa e mora s/ energia vendida	12,6	15,9	17,3	37,0%
Correção s/ RTD e CVA	0,4	0,4	0,5	31,4%
Outras receitas financeiras	5,0	1,1	0,8	-116,2%
Receita Financeira Total	24,7	26,2	30,1	21,9%
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(20,5)	(22,0)	(23,8)	-16,2%
Variações Monetárias e Cambiais	(6,9)	(10,2)	(6,9)	-1,0%
Outras despesas financeiras	(4,1)	(23,1)	(6,7)	-63,9%
Despesa Financeira Total	(31,5)	(55,3)	(37,5)	-19,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(6,8)	(29,2)	(7,4)	-9,2%

3.2.5 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício da ampliação da capacidade instalada, obtido junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em dezembro/2005, e que em 2007 foi ampliado pelo benefício de modernização de toda a capacidade instalada, válida até 2016; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido entre os anos de 2006 a 2013); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que os itens i e ii são aplicáveis apenas ao IRPJ, enquanto que o item iii refere-se tanto ao IRPJ quanto à CSLL.

1T11 desempenho

IRPJ / CSLL (R\$MM)	1T10	4T10	1T11
LAIR	86,0	59,3	74,9
Despesa IRPJ / CSLL	16,9	12,5	22,1
(-) Ativo Fiscal Diferido	(10,1)	(3,7)	(16,4)
= Imposto Calculado	6,8	8,8	5,8
(+) Créditos Fiscais	(1,6)	-	-
= Imposto Caixa (2)	5,2	8,8	5,8
Taxa Efetiva de IRPJ e CSLL = (2) / (1)	-6,0%	-14,8%	-7,7%

No 1T11, o resultado de IRPJ e CSLL foi negativo em R\$22,1 milhões que, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos para compensação, a saída de caixa para o pagamento dos referidos impostos somou R\$5,8 milhões, o que representa uma alíquota efetiva de 7,7%.

3.2.6 - LUCRO LÍQUIDO

No 1T11, a CEMAR apresentou lucro líquido de R\$52,7 milhões, versus R\$69,1 milhões de lucro líquido apresentado no 1T10, resultado inferior em 23,7%.

O resultado líquido apresentado no 1T11 representa R\$0,32 por ação da CEMAR, resultado inferior em 23,7% em relação aos R\$0,42 apresentados no 1T10.

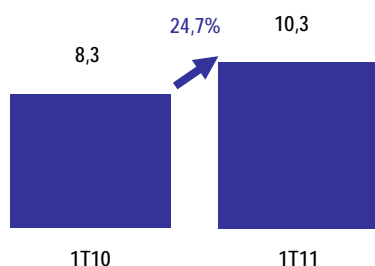
1T11 desempenho

3.3 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO - Geramar

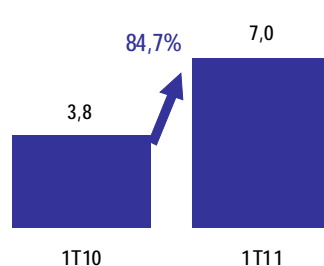
As informações constantes desta seção representam 25,0% das operações da Geramar.

DRE GERAÇÃO (R\$MM)	1T10	4T10	1T11	Var.
Receita Operac. Bruta (ROB)	8,3	12,1	10,3	24,7%
Receita Operac. Líquida (ROL)	7,5	11,0	9,4	24,7%
Custo de Energia Elétrica	(3,1)	(2,4)	(2,0)	-36,2%
Custos e Despesas Operacionais	(0,6)	(0,3)	(0,4)	-41,4%
EBITDA	3,8	8,3	7,0	84,7%
Depreciação	(0,8)	(1,2)	(1,2)	51,1%
Resultado do Serviço (EBIT)	3,0	7,1	5,9	93,3%
Resultado Financeiro	(2,3)	(2,9)	(2,8)	22,2%
Lucro Antes da Tributação (EBT)	0,7	4,2	3,1	314,9%
IR/CS	(0,1)	(2,3)	(0,0)	-93,4%
Lucro Líquido (LL)	0,6	1,9	3,0	389,3%

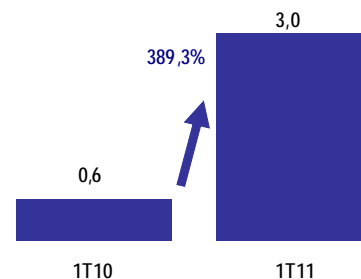
ROL (R\$MM) – Trimestral*



EBITDA (R\$MM) – Trimestral*



Lucro Líquido (R\$MM) – Trimestral*



3.3.1 - RECEITA OPERACIONAL

No 1T11, a Receita Operacional Líquida (ROL) somou R\$10,3 milhões, resultante da Receita Fixa pela disponibilidade das usinas, uma vez que não houve solicitação de despacho por parte do ONS neste trimestre. O crescimento na comparação trimestral ocorre, pois as usinas passaram a ficar disponíveis para geração ao longo do 1T10, ao contrário do 1T11, quando estiveram disponíveis durante 100% do período. Outro fator que explica esse crescimento é o reajuste pelo IPCA da Receita Fixa que ocorreu em novembro último.

3.3.2 - CUSTOS E DESPESAS

O total gasto pelas usinas no 1T11 somou R\$3,5 milhões, distribuídos entre CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão), custos de geração (como aquisição de combustíveis, operação e manutenção da usina, entre outros) e, em menor escala, PMSO (pessoal, material, serviços de terceiros e outros).

Custos e Despesas Operacionais	1T10	4T10	1T11	Var.
CUST + Custos de geração	3,1	2,4	2,0	-36,2%
PMSO	0,6	0,3	0,4	-41,4%
Depreciação	0,8	1,2	1,2	51,1%
Geramar	4,5	3,8	3,5	-21,7%

3.3.3 - EBITDA

O EBITDA da Geramar no 1T11 atingiu R\$7,0 milhões, maior do que o apresentado no 1T10 basicamente pelos mesmos motivos apresentados na ROL.

3.3.4 - RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do 1T11 foi negativo em R\$2,8 milhões em virtude dos juros dos empréstimos contratados para financiamento da construção das usinas.

3.3.5 - LUCRO LÍQUIDO

A Geramar registrou lucro líquido de R\$3,0 milhões neste trimestre.

4. ENDIVIDAMENTO

No 1T11, o endividamento bruto consolidado, incluindo os encargos, atingiu R\$1.308,5 milhões, queda de 4,2% se comparado aos R\$1.365,8 milhões apresentados no encerramento do trimestre anterior.

Em dezembro de 2010, a Equatorial possuía apenas 0,6% de sua dívida bruta consolidada, equivalente a R\$7,9 milhões, denominada em moeda estrangeira, em sua maioria dólares norte-americanos. Em virtude do baixo grau de exposição à variação cambial, nem CEMAR nem Equatorial possuem qualquer tipo de *hedge* para proteção contra a desvalorização do Real frente a outras moedas.

Situação da Dívida Bruta (100% CEMAR + 25% Geramar)¹

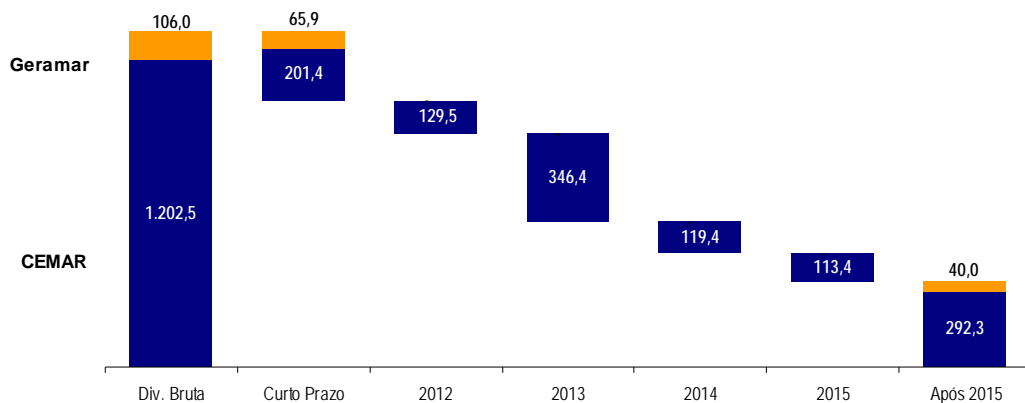
Indexador	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)	Vencimento	CEMAR	Geramar	Consolidado	% do Total
MOEDA ESTRANGEIRA					Curto Prazo	201,4	65,9	267,3	20,4%
Libor	1,4%	mar-22	11,2	0,2%	Longo Prazo	1.001,1	40,0	1.041,2	79,6%
Pré Fixado (US\$)	6,5%	dez-21	11,0	0,4%	2012	129,5	-	129,5	9,9%
TOTAL (CEMAR)	4,5%		11,1	0,6%	2013	346,4	-	346,4	26,5%
MOEDA NACIONAL					2014	119,4	-	119,4	9,1%
CEMAR	10,0%		6,3	91,3%	2015	113,4	-	113,4	8,7%
IGP-M	14,9%	dez-23	13,0	12,3%	Após 2015	292,3	40,0	332,4	25,4%
TJLP	10,5%	set-13	2,6	12,1%	Dívida Bruta	1.202,5	106,0	1.308,5	100,0%
Pré Fixado (R\$)	8,3%	jun-19	8,4	19,3%	Disponibilidades	418,2	6,1	424,3	
RGR	6,5%	nov-17	6,8	18,1%	Caixa Holding			81,0	
FINEL ^(*)	11,9%	dez-15	4,9	3,1%	Caixa Equatorial Soluções			6,6	
CDI	11,0%	mar-14	3,1	26,3%	Ativo Reg. Líquido	43,9		43,9	
Geramar (ex-Geranorte)	10,7%		5,6	8,1%	Dívida Líquida	740,4	99,9	752,7	
CDI	13,3%	abr-11	0,1	58,5%					
TJLP	7,0%	set-24	13,4	41,5%					
TOTAL	10,1%		6,2	99,4%					
TOTAL	10,1%		6,3	100,0%					

(*) Considerando 100% da CEMAR

(**) Índice que representa 20% do IGP-M + de 9,4% a 12% a.a.

(***) Unidade monetária BNDES, índice que reflete a média ponderada das variações cambiais das moedas existentes na cesta de moedas do BNDES

Cronograma de Vencimento da Dívida Bruta (R\$ milhões)

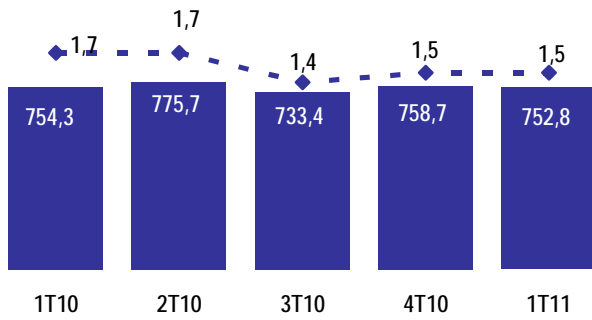


A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$752,8 milhões no fechamento do 4T10, ligeira redução em relação aos R\$758,7 milhões apresentados ao final do 4T10, e mantendo seu múltiplo em 1,5x EBITDA dos últimos 12 meses.

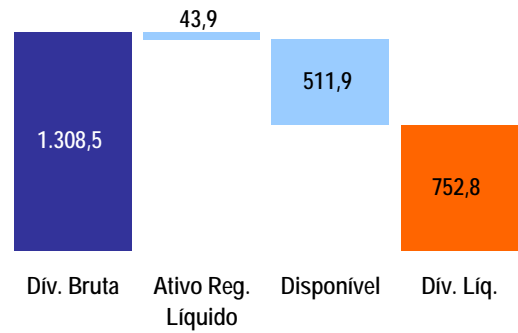
¹ Para maiores detalhes, vide Anexo 4 – Demonstrativo de Empréstimos e Financiamentos.

1T11 desempenho

Divida Líquida (R\$MM)(*) e Divida Líquida/ EBITDA (Últ. 12 meses)
Consolidado (100% CEMAR + 25% Geramar)

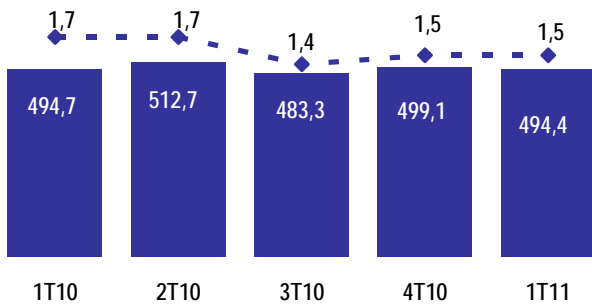


Conciliação da Divida Líquida (R\$MM)
Consolidado (100% CEMAR + 25% Geramar)

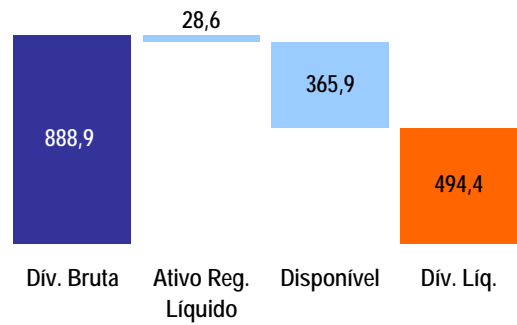


O endividamento líquido total consolidado, ajustado pelas participações da Equatorial na CEMAR (65,11%) e na Geramar (25%), totaliza, em março de 2011, a quantia de R\$494,4 milhões, representando a relação de 1,5x o EBITDA consolidado dos últimos 12 meses.

Divida Líquida (R\$MM) e Divida Líquida/EBITDA (Últ. 12 meses)
Consolidado Ajustado (65,11% CEMAR + 25% Geramar)



Conciliação da Divida Líquida (R\$MM)
Consolidado Ajustado (65,11% CEMAR + 25% Geramar)



1T11 desempenho

5. INVESTIMENTOS

As informações relativas aos Investimentos realizados no período consideram 100% dos números da CEMAR e 25% da Geramar.

INVESTIMENTOS (R\$MM)	1T10	4T10	1T11	Var.
CEMAR				
Próprio (*)	38,3	67,3	42,6	11,3%
PLPT	33,1	58,3	37,7	13,9%
Total	71,4	125,6	80,3	12,5%
Geramar				
Geração	6,3	0,4	0,2	-97,2%
TOTAL EQUATORIAL	77,6	126,0	80,4	3,6%

(*) Inclusive investimentos indiretos do PLPT

5.1 - CEMAR

Os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$42,6 milhões no 1T11, representando um aumento de 11,3% em relação ao 1T10. Desse total, R\$21,6 milhões foram direcionados para a expansão da rede de distribuição no Estado do Maranhão, R\$11,9 milhões para a manutenção da rede já existente e os R\$9,0 milhões restantes estão subdivididos entre equipamentos, sistemas e outros.

Investimentos no Programa Luz Para Todos - PLPT

Ao final do 1T11, foi alcançada a marca de 284 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto para praticamente 1,4 milhão de habitantes no Estado do Maranhão. O PLPT já está presente em todos os 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 1T11, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$37,7 milhões, 13,9% superior ao investimento realizado no mesmo trimestre do ano anterior.

5.2 - Geramar

O investimento apresentado no 1T11 refere-se basicamente à manutenção das plantas, uma vez que sua fase de construção foi totalmente concluída no 1T10.

6. MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Equatorial Energia encerraram o 1T11 cotadas a R\$12,71, com valorização de 11,5% em relação ao valor de fechamento do 4T10, R\$11,40.

Em termos de volume, a Companhia registrou uma média de negociação diária de R\$1,7 milhões nos últimos 60 pregões findos em 31 de março de 2011. As ações da Equatorial são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e fazem parte dos seguintes índices: IEE, ITAG e IGC.

7. NOVOS PROJETOS

A Equatorial continua prospectando oportunidades de investimento nos segmentos de distribuição e geração, em linha com sua estratégia corporativa que prevê a participação da Companhia no contexto de consolidação das distribuidoras de energia elétrica no Brasil e América Latina, e no cenário de investimentos necessários em geração no país.

8. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: i) dados operacionais da CEMAR (incluindo aqueles relacionados ao Programa Luz para Todos (PLPT)); ii) informações financeiras pró-forma, bem como a comparação destas informações com os resultados societários do período; e iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro das companhias.

Comentários de 1T11 desempenho

9. EVENTOS DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA EM INGLÊS

Quinta-feira, 12 de maio de 2011
12h00 (horário de Brasília)
11h00 (horário de Nova York)
Telefone: +1 (412) 317-6776
Código: Equatorial
Replay: +1 (412) 317-0088
Código do replay: 450739#

TELECONFERÊNCIA EM PORTUGUÊS

Quinta-feira, 12 de maio de 2011
14h00 (horário de Brasília)
13h00 (horário de Nova York)
Telefone: +0 XX (11) 3127-4971
Código: Equatorial
Replay: +0 XX (11) 3127-4999
Código: 95356835

- ▶ Os participantes devem se conectar aproximadamente 10 minutos antes do início das teleconferências.
- ▶ **SLIDES E WEBCAST:** Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e *download* na sessão de Relações com Investidores em nosso *website* <http://www.equatorialenergia.com.br/ri> a partir da data da teleconferência. O áudio das teleconferências será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

CONTATOS

- ▶ **Eduardo Haiama**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- ▶ **Thomas Newlands**
Analista de Relações com Investidores
- ▶ **Telefones:** + 0 XX (21) 3206-6635 / 6607
- ▶ **E-mail:** ri@equatorialenergia.com.br
- ▶ **Website:** www.equatorialenergia.com.br/ri

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CEMAR

Maiores informações ou abertura de dados econômico-financeiros e operacionais sobre a CEMAR poderão ser encontradas nos Comentários de Desempenho individuais da empresa, disponíveis na internet, através do endereço abaixo:

- ▶ **CEMAR:** www.cemar-ma.com.br/ri

AVISO

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Critérios contábeis adotados:

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado da CEMAR, excluindo 34,89% de participação dos minoritários, 25% da Geramar e 100% da Equatorial Soluções.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados da CEMAR, 25% da Geramar e 100% da Equatorial Soluções.

Para possibilitar a comparabilidade entre os trimestres e períodos acumulados, as informações financeiras do 1T10 são pró-forma, desconsiderando a participação da Equatorial na Light, conforme processo de cisão ocorrido em 29 de abril de 2010.

1T11 desempenho

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO (R\$ MM)

Demonstração do Resultado (em R\$ milhões)	1T10	4T10	1T11
RECEITA OPERACIONAL	497,7	652,9	544,4
Fornecimento de Energia Elétrica	422,1	505,9	438,8
Suprimento de Energia Elétrica	1,6	27,3	19,2
Receita de Construção	69,3	115,3	78,4
Outras Receitas	9,5	13,2	15,9
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(123,6)	(142,1)	(131,2)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	374,1	510,8	413,1
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(189,7)	(279,8)	(218,6)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(98,6)	(142,2)	(115,1)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(21,1)	(21,2)	(23,7)
Custo de Construção	(69,3)	(115,3)	(78,4)
Outras Despesas Não Gerenciáveis	(0,7)	(1,1)	(1,5)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(69,8)	(101,7)	(82,2)
Pessoal	(25,1)	(20,8)	(23,0)
Material	(2,0)	(2,1)	(1,6)
Serviço de Terceiros	(31,5)	(43,8)	(44,3)
Provisões	(8,0)	(31,1)	(10,4)
Outros	(3,1)	(3,8)	(2,9)
EBITDA	114,6	129,3	112,3
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(4,1)	(4,4)	(0,5)
Depreciação e Amortização	(23,2)	(26,9)	(27,0)
RESULTADO DO SERVIÇO	87,4	97,9	84,8
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13,5	(1,6)	(2,1)
Equivalência Patrimonial	14,4	0,0	-
Amortização de Ágio	(0,9)	(1,6)	(2,1)
RESULTADO FINANCEIRO	(7,0)	(29,8)	(7,9)
Receitas Financeiras	26,8	28,5	32,7
Despesas Financeiras	(33,8)	(58,4)	(40,5)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	93,9	66,5	74,9
Contribuição Social	(6,9)	(9,7)	(5,8)
Imposto de Renda	(10,9)	(3,9)	(9,6)
Impostos Diferidos	(10,1)	(3,8)	(16,4)
Incentivo ADENE	10,6	2,7	9,5
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLAD.	(24,1)	(16,3)	(18,4)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	52,5	35,5	34,2

1T11 desempenho

ANEXO 2 – IMPACTOS DA APLICAÇÃO DO IFRS NO DRE DA CEMAR

Abaixo, destacamos os impactos da implantação do IFRS sobre os resultados da **CEMAR** no 1T10 e 1T11:

- ▶ São reconhecidos R\$78,4 milhões de **Receita de Construção** no 1T11 dentro da Receita Bruta. Este valor é integralmente anulado, pois há o reconhecimento do mesmo valor como Custo de Construção nos Gastos Não-Gerenciáveis, gerando impacto na ROL, porém nulo em EBITDA e Lucro Líquido.
- ▶ A **baixa dos ativos regulatórios** impactam positivamente a ROL em R\$17,6 milhões, em R\$18,3 milhões o EBITDA, e R\$19,1 milhões no Lucro Líquido de 1T11.
- ▶ Os custos com **Participação nos Lucros** de empregados e administradores são transferidos para a conta de Pessoal, reduzindo o EBITDA, mas com impacto nulo na ROL e no Lucro Líquido. No 1T11, foram R\$2,7 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	1T10		1T10	1T11		1T11
	Original	Ajustes	IFRS	Original	Ajustes	IFRS
RECEITA OPERACIONAL	390.241	98.432	488.673	437.322	95.177	532.499
Fornecimento de Energia Elétrica	384.723	29.111	413.834	413.528	16.744	430.272
Suprimento de Energia Elétrica	1.574		1.574	19.230		19.230
Encargo de Capacidade Emergencial	7		7	(2.029)		(2.029)
Receita de Construção		69.321	69.321	-	78.433	78.433
Outras Receitas	3.937		3.937	6.593		6.593
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(122.732)	(32)	(122.764)	(131.522)	875	(130.647)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	267.509	98.400	365.909	305.799	96.052	401.851
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(119.166)	(67.385)	(186.551)	(137.591)	(77.744)	(215.335)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(97.726)	1.936	(95.790)	(112.678)	689	(111.989)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(20.740)		(20.740)	(23.441)		(23.441)
Custos de Construção		(69.321)	(69.321)	-	(78.433)	(78.433)
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	(700)		(700)	(1.472)		(1.472)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(59.569)	(2.676)	(62.245)	(75.273)	(2.685)	(77.958)
Pessoal	(14.871)	(2.676)	(17.547)	(16.690)	(2.685)	(19.375)
Material	(1.988)		(1.988)	(1.554)		(1.554)
Serviço de Terceiros	(30.612)		(30.612)	(43.615)		(43.615)
Provisões	(8.014)		(8.014)	(10.446)		(10.446)
Outros	(4.084)		(4.084)	(2.968)		(2.968)
EBITDA	88.774	28.339	117.113	92.935	15.623	108.558
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.024)		(2.024)	(541)		(541)
Depreciação e Amortização	(22.352)		(22.352)	(25.772)		(25.772)
RESULTADO DO SERVIÇO	64.398	28.339	92.737	66.622	15.623	82.245
RESULTADO FINANCEIRO	(6.424)	(337)	(6.761)	(8.207)	822	(7.385)
Receitas Financeiras	25.069		25.069	30.097		30.097
Despesas Financeiras	(31.493)	(337)	(31.830)	(38.305)	822	(37.483)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	57.974	28.002	85.976	58.414	16.445	74.859
Contribuição Social	(6.752)		(6.752)	(5.780)		(5.780)
Imposto de Renda	(10.562)		(10.562)	(9.486)		(9.486)
Impostos Diferidos	315	(10.431)	(10.116)	(16.354)		(16.354)
Incentivo SUDENE	10.562		10.562	9.486		9.486
PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO	(2.676)	2.676	-	(2.685)	2.685	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	48.861	20.247	69.108	33.595	19.130	52.725

1T11 desempenho

ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR EMPRESA (R\$ MM)

- ▶ A tabela abaixo reflete o processo de consolidação da Equatorial, obtido através da soma da Equatorial Holding + 100% da Equatorial Soluções + 100% da CEMAR + 25% da Geramar + Eliminações.
- ▶ Na linha de "Participação de Acionista Não Controlador" é feito um ajuste de forma que o lucro líquido consolidado da Equatorial reflita sua participação real na CEMAR, de 65,11%.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR EMPRESA (R\$MM)	Equatorial Holding	Geramar 25%	Equatorial Soluções 100%	CEMAR 100%	Eliminações	Equatorial Consolidado
RECEITA OPERACIONAL	0,8	10,3	0,6	532,7	-	544,4
Fornecimento de Energia Elétrica	-	10,3	-	428,5	-	438,8
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	-	19,2	-	19,2
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	-	-	-	-
Receita de Construção	-	-	-	78,4	-	78,4
Outras Receitas	0,8	-	0,6	6,6	-	8,0
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(0,1)	(1,0)	(0,0)	(130,1)	-	(131,2)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,7	9,4	0,5	402,6	-	413,1
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	(2,0)	-	(216,6)	-	(218,6)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1,8)	-	(113,3)	-	(115,1)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	(0,2)	-	(23,4)	-	(23,7)
Custo de Construção	-	-	-	(78,4)	-	(78,4)
Outras Despesas Não Gerenciáveis	-	-	-	(1,5)	-	(1,5)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(3,9)	(0,4)	(0,6)	(77,3)	-	(82,2)
Pessoal	(3,2)	(0,0)	(0,4)	(19,4)	-	(23,0)
Material	(0,0)	-	(0,0)	(1,6)	-	(1,6)
Serviço de Terceiros	(0,4)	(0,1)	(0,2)	(43,6)	-	(44,3)
Provisões	-	-	-	(10,4)	-	(10,4)
Outros	(0,3)	(0,2)	(0,0)	(2,4)	-	(2,9)
EBITDA	(3,2)	7,0	(0,1)	108,6	-	112,3
Outras Despesas/Receitas Operacionais	-	-	-	(0,5)	-	(0,5)
Depreciação e Amortização	-	(1,2)	(0,0)	(25,8)	-	(27,0)
RESULTADO DO SERVIÇO	(3,2)	5,9	(0,1)	82,3	-	84,8
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	35,3	-	-	-	(37,4)	(2,1)
Equivalência Patrimonial	37,4	-	-	-	(37,4)	-
Amortização de Ágio	(2,1)	-	-	-	-	(2,1)
RESULTADO FINANCEIRO	2,2	(2,8)	0,2	(7,4)	-	(7,9)
Receitas Financeiras	2,2	0,1	0,2	30,2	-	32,7
Despesas Financeiras	(0,0)	(2,9)	0,0	(37,6)	-	(40,5)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	34,2	3,1	0,1	74,9	(37,4)	74,9
Contribuição Social	(0,0)	-	(0,0)	(5,8)	-	(5,8)
Imposto de Renda	(0,1)	-	(0,1)	(9,5)	-	(9,6)
Impostos Diferidos	-	(0,0)	-	(16,4)	-	(16,4)
Incentivo SUDENE	-	-	-	9,5	-	9,5
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLAD.	-	-	-	-	(18,4)	(18,4)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	34,2	3,0	(0,0)	52,7	(55,8)	34,2

1T11 desempenho

ANEXO 4 – BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MM)

ATIVO (R\$ MM)	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11
CIRCULANTE	971,0	988,8	992,8	1.132,6	1.115,2
Disponibilidades e aplicações financeiras	523,4	490,8	444,7	550,1	511,9
Consumidores e Revendedores	341,8	374,7	400,7	410,0	406,3
Estoques	5,8	5,6	5,5	8,0	8,0
Impostos a Recuperar	50,1	58,3	70,3	85,4	95,9
Baixa Renda	22,5	23,4	24,9	17,4	23,5
Outros Créditos a Receber	27,3	36,1	46,7	61,8	69,6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	477,4	475,2	479,9	513,1	391,3
Consumidores e Revendedores	69,3	61,8	58,6	58,2	60,5
Impostos a Recuperar	120,0	124,4	133,1	140,3	45,6
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	245,7	246,1	246,1	255,8	242,2
Ativo Financeiro Indenizável	33,4	33,4	33,4	50,4	22,6
Outros Créditos a Receber	8,9	9,4	8,7	8,4	20,4
PERMANENTE	1.338,8	1.360,7	1.456,3	1.511,3	1.771,5
Investimentos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Intangível/Ágio	1.338,6	1.360,5	1.456,1	1.511,1	1.771,3
TOTAL DO ATIVO	2.787,2	2.824,7	2.929,1	3.157,0	3.278,0
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MM)	2T10	2T10	3T10	4T10	1T11
CIRCULANTE	604,4	535,0	583,4	685,5	657,5
Fornecedores	116,1	150,2	174,8	174,0	144,8
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	7,4	8,8	9,9	7,7	11,8
Dividendos e JCP	70,5	0,4	0,4	56,7	61,2
Tributos e Contribuições Sociais	48,7	49,3	65,8	75,1	79,0
Empréstimos e Financiamentos	238,6	192,1	188,7	195,8	208,0
Debêntures	55,5	61,8	55,7	66,9	59,4
Taxa de Iluminação Pública	15,5	14,6	13,2	13,5	13,3
Provisão para Contingências	2,5	1,6	2,7	27,4	26,2
Outros	49,6	56,3	72,2	68,4	53,8
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.293,4	1.299,0	1.301,3	1.433,9	1.295,7
Tributos e Contribuições Sociais	226,6	235,2	263,0	283,2	194,8
Debêntures	256,6	257,4	258,1	253,1	200,4
Empréstimos e Financiamentos	787,0	784,6	757,6	849,9	840,8
Provisão para Contingências	2,6	1,2	2,0	14,7	26,9
Outros	20,6	20,6	20,5	33,0	32,8
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	18,5	47,8	58,1	83,9	335,2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	870,8	942,9	986,3	953,8	989,6
Capital Social	552,4	566,8	566,8	566,8	566,8
Reservas de Lucro/Capital	280,3	280,4	280,4	414,0	429,8
Lucro/Prejuízo Acumulados	38,1	95,7	139,0	(27,1)	(7,0)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.787,2	2.824,7	2.929,1	3.157,0	3.278,0

ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Considerando 100% da CEMAR + 25% da Geramar + 100% Equatorial Soluções

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (em R\$ mil)	1T10				1T11			
	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total
MOEDA ESTRANGEIRA	199	718	8.515	9.432	165	653	7.099	7.917
Tesouro Nacional	199	718	8.515	9.432	165	653	7.099	7.917
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
MOEDA LOCAL	5.993	231.726	821.221	1.058.940	8.715	203.958	872.093	1.084.767
Eletrobrás	-	45.286	367.782	413.068	-	51.809	387.170	438.979
Instituições Financeiras	5.993	181.308	432.913	620.214	8.715	146.278	467.311	622.305
Dívida com Fundo de Pensão	-	5.132	20.526	25.658	-	5.871	17.612	23.483
SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS	6.192	232.444	829.736	1.068.372	8.880	204.611	879.192	1.092.684
Debêntures	-	55.508	213.840	269.348	1.979	53.460	160.380	215.819
TOTAL DA DÍVIDA	6.192	287.952	1.043.576	1.337.720	10.859	258.071	1.039.572	1.308.503

C.P. = Curto Prazo / L.P. = Longo Prazo

Considerando 65,11% da CEMAR + 25% da Geramar + 100% da Equatorial Soluções

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (em R\$ mil)	1T10				1T11			
	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total
MOEDA ESTRANGEIRA	130	467	5.544	6.141	107	425	4.622	5.155
Tesouro Nacional	130	467	5.544	6.141	107	425	4.622	5.155
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
MOEDA LOCAL	4.197	188.447	549.611	742.255	6.743	155.291	581.218	743.252
Eletrobrás	-	29.485	239.458	268.943	-	33.732	252.081	285.814
Instituições Financeiras	4.197	155.621	296.788	456.606	6.743	117.736	317.670	442.149
Dívida com Fundo de Pensão	-	3.341	13.364	16.706	-	3.823	11.467	15.289
SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS	4.327	188.915	555.155	748.396	6.850	155.716	585.840	748.406
Debêntures	-	36.141	139.228	175.369	1.289	34.807	104.421	140.517
TOTAL DA DÍVIDA	4.327	225.055	694.383	923.765	8.139	190.523	690.261	888.923

C.P. = Curto Prazo / L.P. = Longo Prazo

Comentários de
1T11 desempenho

ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$MM)	4T09	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11
Caixa Inicial	337,6	440,5	523,4	490,8	444,7	550,1
FC das Atividades Operacionais						
<i>Lucro Líquido</i>	(12,4)	52,9	57,7	43,4	35,2	34,2
<i>(+) Despesas Não Caixa</i>	80,6	139,4	146,4	126,4	171,7	63,9
<i>Variações Ativas</i>	(362,6)	327,0	(59,3)	(70,6)	2,0	(40,2)
<i>Variações Passivas</i>	113,5	(180,9)	33,4	16,5	(54,9)	230,8
(=) FC das Atividades Operacionais	(180,8)	338,5	178,3	115,7	154,0	288,8
FC das Atividades de Investimento						
Imobilizado	(136,6)	(76,6)	(97,5)	(126,5)	(114,2)	(73,5)
Outros	9,3	3,7	(3,8)	4,1	10,6	(246,1)
(=) FC das Atividades de Investimento	(127,3)	(72,9)	(101,3)	(122,4)	(103,6)	(319,6)
FC das Atividades de Financiamento						
<i>Atividades de Financiamento Próprias</i>						
Empréstimo e Financiamento	125,3	110,7	5,0	(39,5)	100,0	(9,4)
Dividendos Pagos	-	-	(129,0)	(0,0)	-	(0,0)
Ajuste no PL (Lei 11.638/2007)	0,0	-	0,0	-	(44,9)	-
Aumento do Capital	285,8	(293,4)	14,5	0,1	(0,1)	2,0
(=) FC das Atividades de Financiamento	411,0	(182,7)	(109,6)	(39,4)	54,9	(7,4)
(=) FC do Trimestre	102,9	82,9	(32,6)	(46,1)	105,4	(38,2)
Caixa Final	440,5	523,4	490,8	444,7	550,1	511,9

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”), com sede em São Luís no Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica.

No dia 7 de abril de 2008, a Equatorial Energia realizou a conversão de suas ações preferenciais para ordinárias (na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária) e o grupamento de suas ações, de modo que 3 ações ordinárias foram convertidas em 1 ação ordinária. Assim, a Equatorial passou a ser negociada na Bolsa de Valores de São Paulo sob o ticker “EQTL3”. Em 23 de abril de 2008, a Companhia concluiu seu processo de migração do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o Novo Mercado.

Conforme já havia sido divulgado em Fato Relevante, datado de 30 de dezembro de 2009, o controlador da Equatorial, FIP PCP, e a CEMIG firmaram um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo a Equatorial como interveniente anuente, visando a alienação da participação indireta do FIP PCP na Light.

Esse contrato previa que o FIP PCP faria aprovar uma cisão parcial da Equatorial, segregando sua participação acionária na RME dos demais ativos da Companhia, quais sejam suas participações na CEMAR, na Equatorial Soluções e na Geradora de Energia do Norte S.A. Tal cisão foi aprovada na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29 de abril de 2010 e ocorreu mediante versão da participação da Companhia na RME para uma nova sociedade chamada Redentor Energia S.A.

Os montantes cindidos correspondem substancialmente ao valor do investimento que a Equatorial detinha da RME na data base de 31 de março de 2010 no montante de R\$373.552. Com a cisão as contas patrimoniais da Equatorial que sofreram redução foram: Investimentos em R\$373.552, capital social em R\$359.166 e o lucro acumulado em R\$14.386.

A Redentor possui seu capital social representado apenas por ações ordinárias. Cada acionista da Companhia recebeu uma ação da Redentor para cada ação detida na Companhia. Não houve alteração ou extinção de direitos das ações emitidas pela Redentor em relação às ações de emissão da Companhia, uma vez que as ações de emissão da Redentor atribuídas aos acionistas da Companhia em decorrência da Cisão Parcial fazem jus aos mesmos direitos e vantagens atribuídos às ações de emissão da Companhia.

A Redentor possui seu capital social representado apenas por ações ordinárias. Cada acionista da Companhia recebeu uma ação da Redentor para cada ação detida na Companhia. A partir de 25 de agosto de 2010, as ações de emissão da Redentor passaram a ser negociadas separadamente das ações de emissão da Companhia, ambas no segmento Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Não houve alteração ou extinção de direitos das ações emitidas pela Redentor em relação às ações de emissão da Companhia, uma vez que as ações de emissão da Redentor atribuídas aos acionistas da Companhia em decorrência da Cisão Parcial fazem jus aos mesmos direitos e vantagens atribuídos às ações de emissão da Companhia.

Notas Explicativas

2 Entidades do grupo

Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	Nota	31.03.2011	31.12.2010
CEMAR	a.	65,11%	65,11%
Geradora de Energia do Norte	b.	25,00%	25,00%
Equatorial Soluções	c.	100,00%	100,00%

- a. Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR”):** Sociedade de economia privada, de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o estado do Maranhão, atendendo, em 31 de dezembro de 2010 a mais de 1,7 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos. Em 31 de março de 2011, a Companhia mantém participação de 65,11% (65,11% em 31 de dezembro de 2010) na CEMAR.
- b. Geradora de Energia do Norte S.A:** Já em operação, é a sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecerão energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Companhia. O consórcio que detém o controle da Companhia é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%) O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas. Em 31 de março de 2011, a Companhia mantém participação de 25,00% (25,00% em 31 de dezembro de 2010) na Geradora de Energia do Norte.
- c. Equatorial Soluções S.A.:** A Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros. Em 31 de março de 2011 a Companhia detém participação de 100,00% (100,00% em 31 de dezembro de 2010) da Equatorial Soluções.

As controladas CEMAR e Equatorial Soluções, bem como a controlada em conjunto Geradora de Energia do Norte, serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”, quando mencionadas em conjunto.

Notas Explicativas

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

Informações trimestrais incluem:

- As informações trimestrais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP);
- As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP; e
- As informações trimestrais da Controlada CEMAR considerando a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo atendido os conceitos contábeis introduzidos pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e CPCs emitidos em 2009 e 2010.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas do Grupo e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações trimestrais.

b. Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os passivos para transações de pagamento baseados em ações liquidadas em dinheiro mensurados pelo valor justo;
- o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para R\$ mil,

Notas Explicativas

exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7a - provisão para redução do valor recuperável
- Nota 100 - utilização de prejuízos fiscais
- Nota 19 - provisões e contingências.
- Nota 26 - mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 28c- mensuração de instrumentos financeiros

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

a. Base de consolidação

- *Controladas*

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo

Notas Explicativas

seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio. Nas aquisições em que o grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias saldos também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo;

- *Operações controladas em conjunto*

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro (s) investidor (es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As informações trimestrais consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta.

- *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações entre grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre grupo, são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

- *Informações trimestrais individuais*

Nas informações trimestrais individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Equatorial Energia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas,

Notas Explicativas

apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ao valor justo.

- *Destaque da participação de minoritários no passivo e na demonstração do resultado*

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

d. Instrumentos financeiros

- *Ativos financeiros não-derivativos*

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do referido ativo expiram, ou quando a Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação em que todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o

Notas Explicativas

ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos e empréstimos e recebíveis.

- *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esta classe de ativos se aplica nos casos em que o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos de transação com esses ativos são reconhecidos no resultado como incorridos. E mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

- *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação. Após o reconhecimento inicial, tais empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao seu valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

- *Caixa e equivalente de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem os saldos de caixa e os investimentos financeiros de alta liquidez, seus valores de mercado refletem os valores registrados no balanço patrimonial, que são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data base das informações trimestrais e equivalem aos seus valores justos.

- *Passivos financeiros não derivativos*

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os demais passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte integrante das disposições contratuais que regem tal instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais cancelada ou vencida.

O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

- *Capital social*

Ações ordinárias - são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

- e. *Consumidores e revendedores*

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, são contabilizados com base no regime de competência (nota explicativa nº 7).

Provisão para redução do valor recuperável

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota explicativa nº 7 a).

- f. *Estoques*

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo imobilizado e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

- g. *Ativo Indenizável (Concessão)*

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a

Notas Explicativas

amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota explicativa nº13.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O Grupo reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso o Grupo seja pago pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

h. Ativos intangíveis

- ***Ágio***

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Quando às aquisições forem anteriores a 01 de janeiro de 2009, o ágio é calculado por seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

- ***Mensuração subsequente***

O ágio é medido pelo seu custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável

Notas Explicativas

acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução no valor recuperável de tal investimento não é alocada para nenhum ativo resultando que o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

- *Contratos de concessão de serviços*

O Grupo reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que tem sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumuladas do seu valor recuperável.

- *Amortização*

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As vidas úteis estimadas estão de acordo com o contrato de concessão de serviço, 30 anos.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual o grupo tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infra-estrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos em cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja necessário.

i. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o seu valor de face é apropriada ao resultado de longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

j. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das informações trimestrais, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

k. Benefícios a empregados

- *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

- *Planos de benefício definido*

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do Grupo e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios

Notas Explicativas

têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano no Grupo. Um benefício econômico está disponível ao Grupo se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

- *Transações de pagamento baseado em ações*

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e das condições de aquisição na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos.

l. Provisões

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

O Grupo também está sujeita a várias reivindicações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda; de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores do Grupo e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

Quando novas normas, emendas as normas e interpretações não tenham efeito sobre as informações trimestrais do Grupo, acreditamos que não é necessário listá-las já que tal divulgação não seria material.

Notas Explicativas

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido, é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

b. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de distribuição de energia em um contrato de concessão de serviços é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia adota como valor justo dos serviços de construção prestados o custo total de construção, considerando as práticas do mercado brasileiro de distribuição de energia elétrica, são equivalentes a receita de construção. Quando a Companhia recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de distribuição de energia em um acordo de concessão de serviços, a Companhia estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de distribuição de energia prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

O valor do ativo intangível corresponde ao custo histórico de aquisição, deduzidos a depreciação acumulada e o valor do ativo financeiro correspondente, ou seja, corresponde ao custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada projetada até o final da concessão.

c. Estoques

O valor justo de estoques adquiridos é apurado baseando-se no preço de venda estimado no curso normal das atividades do negócio, menos dos custos estimados de conclusão e despesas de venda, e em uma razoável margem de lucro baseada no esforço exigido para concluir e vender tais estoques.

d. Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis são apurados por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das informações trimestrais.

Notas Explicativas

e. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento e recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

f. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações trimestrais. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência com contratos semelhantes de arrendamento.

g. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Premissas para mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Numerários disponíveis	86	38	12.477	25.550
Investimentos Financeiros	<u>80.878</u>	<u>80.692</u>	<u>499.378</u>	<u>524.527</u>
Total	<u>80.964</u>	<u>80.730</u>	<u>511.855</u>	<u>550.077</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo.

Os investimentos financeiros correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para utilização nas operações do Grupo, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Notas Explicativas

Os investimentos financeiros são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias.

A Grupo considerou esses ativos circulantes como equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Consumidores e revendedores

	<u>Consolidado</u>	
	31.03.2011	31.12.2010
Circulante		
Fornecimento faturado	243.363	264.873
Fornecimento não faturado	48.438	50.721
Parcelamento de débitos	<u>119.263</u>	<u>107.061</u>
Subtotal	<u>411.064</u>	<u>422.655</u>
Comercialização no âmbito do CCEE	15.802	9.004
PERCEE	123	122
Concessionárias	290	245
Serviços prestados	4.305	664
Cheques em cobrança	1.485	1.615
Outros	<u>19.244</u>	<u>21.478</u>
Subtotal	<u>41.249</u>	<u>33.128</u>
	452.313	455.783
Provisão para redução do valor recuperável	<u>(45.959)</u>	<u>(45.831)</u>
	<u>406.354</u>	<u>409.952</u>
Não circulante		
Comercialização no âmbito do CCEE	8.010	8.010
Parcelamento de débitos (1)	56.578	52.902
Parcelamento de débitos – Ajustes Valor Presente	<u>(4.083)</u>	<u>(2.735)</u>
Cheques em cobrança	<u>3.638</u>	<u>3.638</u>
Subtotal	64.143	61.815
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.638)</u>	<u>(3.638)</u>
	<u>60.505</u>	<u>58.177</u>

(1) Os parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável, conforme Lei nº 11.638/07.

a. Provisão para redução do valor recuperável

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo:

Notas Explicativas

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa nas controladas foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

31.03.2011				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	46.035	50.087	16.136	112.258
Industrial	11.379	5.015	4.959	21.353
Comercial	26.282	10.641	5.418	42.341
Rural	3.064	2.573	2.930	8.567
Poder Público	9.321	6.702	1.951	17.974
Iluminação Pública	8.326	3.699	2.086	14.111
Serviço Público	7.475	17.187	2.097	26.759
Fornecimento Faturado e parcelamentos (CP e LP)	111.882	95.904	35.577	243.363

31.12.2010				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	50.233	59.447	16.353	126.033
Industrial	14.282	5.662	3.779	23.723
Comercial	27.790	13.626	5.094	46.510
Rural	4.107	3.150	2.869	10.126
Poder Público	10.094	10.885	4.392	25.371
Iluminação Pública	5.589	1.988	2.154	9.731
Serviço Público	8.095	12.861	2.423	23.379
Fornecimento Faturado (CP e LP)	120.190	107.619	37.064	264.873

8 Baixa renda e viva a luz

Em 01º de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda.

Lançado em novembro de 2009 o programa Viva Luz, criado pelo governo do Estado do Maranhão, tem como objetivo beneficiar os consumidores residenciais, que apresentem consumo mensal de até 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de luz, via repasse do governo à CEMAR.

Notas Explicativas

De acordo com tais procedimentos, em 31 de março de 2011 a Companhia possui R\$23.472 de Baixa Renda e Viva Luz (R\$17.418 em 31 de dezembro de 2010).

	31.03.2011	31.12.2010
Baixa renda	14.314	17.498
Viva luz	<u>9.158</u>	<u>(80)</u>
	<u>23.472</u>	<u>17.418</u>

9 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
CIRCULANTE				
Impostos a recuperar				
IRRF	1.867	1.972	8.398	6.763
ICMS (1)	-	-	37.106	36.811
Encargos Sociais e Outros	-	-	-	241
Outros	-	-	<u>5.997</u>	<u>4.998</u>
	<u>1.867</u>	<u>1.972</u>	<u>51.501</u>	<u>48.813</u>
Impostos sobre o lucro				
Antecipação de IRPJ / CSL (2)	941	728	42.603	34.814
IRPJ/CSLL a Restituir	<u>130</u>	<u>10</u>	<u>1.844</u>	<u>1.783</u>
	<u>1.071</u>	<u>738</u>	<u>44.447</u>	<u>36.597</u>
Total	<u>2.938</u>	<u>2.710</u>	<u>95.948</u>	<u>85.410</u>
NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar				
IR s/ aplicação financeira	2.286	2.284	2.283	2.284
ICMS (f)	-	-	34.582	39.787
Outros	-	<u>159</u>	<u>582</u>	<u>742</u>
	<u>2.286</u>	<u>2.443</u>	<u>37.447</u>	<u>42.813</u>
Impostos sobre o lucro				
IRPJ e CSLL a restituir	<u>8.082</u>	<u>8.170</u>	<u>8.122</u>	<u>8.170</u>
	<u>8.082</u>	<u>8.170</u>	<u>8.122</u>	<u>8.170</u>
	<u>10.368</u>	<u>10.613</u>	<u>45.569</u>	<u>50.983</u>

- (1) A controlada CEMAR possui créditos de ICMS baseados na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, segundo a qual a controlada e controladas em conjunto vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.
- (2) Na controlada CEMAR o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações mensais por estimativas ou balancetes de suspensão, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e refere-se a créditos fiscais a compensar provenientes de restituições de aplicações financeiras e órgãos públicos.

Notas Explicativas

10 Impostos de renda e contribuição social diferidos

A administração reconheceu o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas considerando as projeções de lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração que indicam que esse ativo será realizado em menos de 10 anos. Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para a sua recuperação.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante da Companhia, considerando a expectativa de sua realização, determinado com base nas projeções dos resultados futuros da Companhia, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis.

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social

	<u>Consolidado</u>	
	31.03.2011	31.12.2010
IRPJ prejuízos fiscais	217.518	217.518
CSLL base negativa	-	-
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	<u>24.265</u>	<u>35.086</u>
Total não circulante	<u>241.783</u>	<u>252.604</u>

b. Expectativa de recuperação

A controlada CEMAR, por orientação de sua Administração, efetuou análise dos seus prejuízos fiscais, acumulados nos anos calendários de 1990 a 2005, tomando por base as Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídica - DIPJ e o Livro de Apuração de Lucro Real - LALUR, submetendo a análise de especialista tributário. Como resultado, em 30 de junho de 2009, foi reconhecido no balanço patrimonial um crédito adicional de R\$ 27.415 a título de complemento do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação desses créditos fiscais está em observância aos limites de projeções de resultado da CEMAR.

Expectativa de Realização	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	Total
Imposto Diferidos	62.700	19.100	21.000	14.700	19.100	80.918	217.518

Com base nos estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores dos impostos diferidos, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais de R\$217.518 possa ser feita até 2018, deste valor em 2011 há expectativa de realização de R\$62.700 a serem compensados no parcelamento determinado pela a Lei nº 11.941 com o REFIS IV.

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da controladora e do consolidado, da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) debitada em resultado, para os trimestre findo em 31 de março de 2011 e 2010 é demonstrada como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e CS (LAIR)	34.233	53.215	74.879	94.604
Alíquota combinada de imposto de renda e CS	34%	34%	34%	34%
IR e CS às alíquotas pela legislação vigente	(11.639)	(18.093)	(25.459)	(32.165)
Efeito de IR e CS s/ as adições e exclusões	-	-	(19.103)	(20.300)
Efeito de IR e CS s/ equivalência patrimonial	11.569	17.839	11.569	17.839
Dif. entre as Bases de cálculo - IR e CS	-	-	956	96
Comp. de prej. fiscal - 30% - não reconhecida no resultado	-	-	-	1.807
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	4.641
Incentivos fiscais	-	-	9.719	10.562
Imposto de renda e CS no resultado	<u>(70)</u>	<u>(254)</u>	<u>(22.318)</u>	<u>(17.519)</u>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(70)	(254)	(5.957)	(7.188)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(16.361)	(10.332)
	<u>(70)</u>	<u>(254)</u>	<u>(22.318)</u>	<u>(17.520)</u>

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011; 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações do Grupo com suas controladas e suas partes relacionadas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Empresas	Ref	Natureza da operação	31.03.2011			31.12.2010		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
ELETROBRÁS	(a)	Empréstimo	-	438.822	6.180	-	409.357	33.053
		Dividendos	-	18.577	-	-	83.875	-
FASCEMAR	(b)	Empréstimo	-	23.483	847	-	24.071	3.269
		Previdência Privada	-	-	445	-	-	1.895
CEMAR	(c)	Contrato de compartilhamento	116	-	-	83	-	-
		Dividendos	-	36.052	-	-	162.775	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	204	-	-	699
		Uso de rede	-	-	-	-	-	-
EQUATORIAL SOLUÇÕES	(e)	Contrato de compartilhamento	45	-	-	27	-	-

- (a) Os valores com a ELETROBRÁS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a Controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRÁS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, nota explicativa nº 16.
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes de empréstimos e das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar - FASCEMAR. Os contratos de empréstimos estão descritos na nota explicativa nº 16 e as condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão evidenciadas nota explicativa nº 26.
- (c) Os valores entre Controlada CEMAR e sua Controladora Equatorial são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber.
- (d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") é proveniente do contrato

Notas Explicativas

de compra de energia elétrica com a CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado. O contrato é: contrato CCEAR N° 5555/2007 - 29413N - 29414N vigência até 2024.

- (e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas com a CEMAR, com prazo de duração indeterminado.

A parte controladora final do grupo é PCP Latin America Power S.A.

Política de Remuneração do Conselho de Administração, diretoria, Conselho Fiscal.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2010.

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 12%

Remuneração variável: 88%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela companhia no trimestre findo em 31 de março de 2011:

EQUATORIAL			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	10	4	14
Remuneração Fixa Anual	242	266	508
Salário ou Pró-labore	242	255	497
Benefícios diretos e indiretos	-	11	11
Remuneração variável	-	2.002	2.002
Bônus	-	2.002	2.002
Remuneração baseada em ações	-	<u>1.068</u>	<u>1.068</u>
Valor total da remuneração por órgão	<u>242</u>	<u>3.336</u>	<u>3.578</u>

Notas Explicativas

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	Saldo no 1º TRII1
3ª Emissão Pública de Debêntures	267.300	100	1/3/2007	1/3/2013	267.300	215.819
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (40/00221-7)	46	100	20/4/2006	15/5/2013	46	2
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (40/00222-5)	388	100	7/7/2006	15/5/2013	388	15
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/3/2010	15/10/2019	776	783
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/8/2010	15/4/2020	8.675	9.166
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (106607040004100)	28.481	100	10/4/2007	15/2/2012	28.481	7.195
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10/473589-0)	79.663	100	11/3/2008	15/7/2013	79.651	47.124
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10.2.1736.1)	100.000	100	22/12/2010	15/12/2013	100.000	102.889
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/2/2017	136.076	93.364
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2007.4165.2386)	9.652	100	6/12/2007	6/12/2012	9.652	4.251
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	5/2/2009	5/2/2021	144.939	147.026
Banco do Nordeste do Brasil - BNB - Recursos do FDNE	53.576	100	10/3/2011	10/3/2021	0	0
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	2.637	100	13/6/2006	30/6/2013	2.359	1.274
International Finance Corporation - IFC *	135.056	50	1/2/2008	15/1/2016	135.056	106.318
Total	983.401				913.399	735.226

* Limite de exposição de US\$40.000.000,00

Notas Explicativas

12 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e controlada em conjunto seguem abaixo:

Avaliados por equivalência patrimonial:	Controlada		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
CEMAR	849.509	817.228	-	-
Geradora de Energia do Norte	51.658	48.519	-	-
Equatorial Soluções	<u>723</u>	<u>740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>901.890</u>	<u>866.487</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>221</u>	<u>221</u>
Subtotal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>221</u>	<u>221</u>
Total	<u>901.890</u>	<u>866.487</u>	<u>221</u>	<u>221</u>

a. Informações sobre as companhias Controladas e controlada em conjunto

	CEMAR	Geradora de Energia do Norte	Equatorial Soluções
Saldos em 31 de dezembro 2010			
Participação no capital (%)	65,11%	25,00%	100,00%
Capital social	374.346	139.039	370
Patrimônio líquido	908.052	148.752	740
Resultado do período	278.620	23.293	842
Saldos em 31 de março 2011			
Participação no capital (%)	65,11%	25,00%	100,00%
Capital social	374.346	139.039	370
Patrimônio líquido	816.148	161.308	723
Resultado do período	52.728	12.196	(17)

b. Movimentação dos Investimentos em Controladas e controladas em conjunto:

	CEMAR	Geramar	Equatorial Soluções	Total
Saldo em 31 de dezembro 2010 após à adoção das novas práticas	<u>817.228</u>	<u>48.519</u>	<u>740</u>	<u>866.488</u>
Dividendos adicionais	(94.168)	-	-	(94.168)
Resultado da equivalência patrimonial	34.329	3.049	(17)	37.360
Amortização do Ágio	(2.098)	-	-	(2.098)
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>-</u>	<u>90</u>	<u>-</u>	<u>91</u>
Saldo em 31 de março 2011	<u>755.291</u>	<u>51.658</u>	<u>723</u>	<u>807.672</u>

Notas Explicativas

13 Ativo indenizável (Concessão)

A CEMAR registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31.03.2011			31.12.2010		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à concessão	Valor líquido
Em Serviço	157.917	(135.318)	22.599	153.440	(103.031)	50.409
Total	<u>157.917</u>	<u>(135.318)</u>	<u>22.599</u>	<u>153.440</u>	<u>(103.031)</u>	<u>50.409</u>

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	31.12.2010	Baixas	Capitalização	31.03.2011
Ativo Financeiro	153.440	(262)	4.739	157.917
Obrigações Especiais	(103.031)	-	(32.287)	(135.318)
Ativo Financeiro	<u>50.409</u>	<u>(262)</u>	<u>(27.548)</u>	<u>22.599</u>

A concessão da CEMAR não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

14 Intangível

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31.03.2011				31.12.2010			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido
Em Serviço	4,00%	2.827.865	(907.560)	(709.413)	1.210.892	2.775.236	(873.337)	(598.618)	1.303.281
Em Curso	0,00%	322.568	-	(138.646)	183.922	301.897	-	(235.951)	65.946
TOTAL		<u>3.150.433</u>	<u>(907.560)</u>	<u>(848.059)</u>	<u>1.394.814</u>	<u>3.077.133</u>	<u>(873.337)</u>	<u>(834.569)</u>	<u>1.369.227</u>

O ativo intangível da Companhia é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo

Notas Explicativas

ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infra-estrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão. Em 31 de março de 2011, não há bens destinados à alienação, assim como em 31 de dezembro de 2010..

15 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.03.2011	2010	31.03.2011	2010
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica (a)	-	-	17.750	16.285
Energia livre - ressarcimento às geradoras (b)	-	-	234	234
Leilões de energia (c)	-	-	54.409	58.829
Outros	<u>132</u>	<u>151</u>	<u>5.523</u>	<u>5.790</u>
Total	<u>132</u>	<u>151</u>	<u>77.916</u>	<u>81.138</u>
Materiais e serviços	-	-	<u>66.901</u>	<u>92.909</u>
Total	<u>132</u>	<u>151</u>	<u>144.817</u>	<u>174.047</u>

a. *Suprimento de energia e encargos de conexão CEMAR*

Conforme o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou novos contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

ENERGIA CONTRATADA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Leilão Chesf	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produto 2005/2012	2.930.639	2.922.632	2.922.632	2.922.632	2.930.639	-	-	-	-
Produto 2006/2013	1.113.560	1.110.517	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	-	-	-
Produto 2007/2014	406.418	405.307	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	-	-
Produto 2008/2015	213.804	212.463	212.463	212.463	213.046	212.463	212.463	212.463	-
PROINFA	59.268	85.915	101.504	108.470	101.987	101.987	101.987	101.987	101.987
MCSD	91.138	91.185	97.814	97.8107	95.705	20.107	10.934	7.961	7.982
Nova 2008/2022/2037	25.604	25.534	25.534	25.490	25.649	25.579	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038	-	99.694	99.694	99.694	99.967	99.694	99.694	99.694	99.587
Nova 2010/2024/2039	-	-	369.847	369.847	370.860	369.847	369.847	369.847	369.847
Leilão A-3	-	225.544	219.473	219.473	222.202	219.473	219.473	219.473	222.202
Leilão Fonte Alternativa	-	-	3.888	3.883	3.899	3.888	3.888	3.888	3.899
Leilão A-3 (2007)	-	-	56.940	56.829	56.091	55.937	55.937	55.937	56.091
Leilão A-3 (2008)	-	-	-	117.471	117.793	117.471	117.471	117.471	117.793
Leilão A-5 (2006)	-	-	-	161.095	163.037	162.591	162.591	162.591	162.591
Leilão A-5 (2007)	-	-	-	-	438.322	437.124	437.124	437.124	437.124
Leilão Santo Antonio	-	-	-	-	905	81.259	206.907	310.304	310.304
Leilão Jirau	-	-	-	-	-	68.187	127.279	178.163	212.269
Leilão A-5 (2008)	-	-	-	-	-	453.617	454.860	453.617	454.860
Leilão A-1	16.244	16.199	16.194	16.199	16.238	16.194	16.194	-	-
Leilão de Ajuste	79.470	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL - MWh	4.936.145	5.194.990	5.641.807	6.807.477	6.376.318	3.961.242	3.027.535	2.756.099	2.582.115

b. Energia Livre - Ressarcimento às Geradoras

A ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, de 15 de dezembro de 2009, a metodologia e os procedimentos para o cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita de geradores e distribuidores após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. Entretanto, a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia Livre e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, calculados pelas empresas, que serão validados pela Agência.

c. Encargo de uso da rede elétrica CEMAR

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, devido a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

Notas Explicativas**16 Empréstimos e financiamentos**

Consolidado					
31/3/2011					
	Circulante		Não Circulante		Total
	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar	
Moeda Estrangeira					
Tesouro Nacional	<u>818</u>	<u>-</u>	<u>7.099</u>	<u>-</u>	<u>7.917</u>
	<u>818</u>	<u>-</u>	<u>7.099</u>	<u>-</u>	<u>7.917</u>
Moeda Nacional					
Eletrobrás	51.809	-	387.170	-	438.979
IFC	23.207	(267)	83.111	(1.015)	105.036
BNB	23.307	(270)	221.335	(1.502)	242.870
BNDES	40.775	(3)	116.433	(4)	157.201
FINEP	568	(5)	705	(6)	1.262
FINAME	144	-	9.822	-	9.966
Banco ITAU BBA	27.386	-	-	-	27.386
Votorantim	27.387	-	-	-	27.387
Dívida com a FASCEMAR	5.871	-	17.612	-	23.483
SAFRA	<u>7.254</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.254</u>
	<u>207.708</u>	<u>(545)</u>	<u>836.188</u>	<u>(2.527)</u>	<u>1.040.824</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>208.526</u>	<u>(545)</u>	<u>843.287</u>	<u>(2.527)</u>	<u>1.048.741</u>
Debêntures	<u>59.339</u>	<u>-</u>	<u>200.422</u>	<u>-</u>	<u>259.761</u>
Total Líquido	<u>267.865</u>	<u>(545)</u>	<u>1.043.709</u>	<u>(2.527)</u>	<u>1.308.502</u>

Notas Explicativas

	Consolidado				
	31.12.2010				
	Circulante		Não circulante		Total
	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	
Moeda estrangeira					
Tesouro Nacional	747	-	7.273	-	8.020
	747	-	7.273	-	8.020
Moeda nacional					
Eletróbrás	46.137	-	363.377	-	409.514
IFC	26.594	(266)	93.500	(1.081)	118.747
BNB	23.405	(268)	226.552	(1.571)	248.118
BNDES	28.440	(3)	133.149	(4)	161.582
FINEP	569	(5)	846	(7)	1.403
FINAME	120	-	9.435	-	9.555
Banco ABC	7.019	-	-	-	7.019
Banco Itaú BBA	28.800	-	-	-	28.800
Votorantim	28.862	-	-	-	28.862
Dívida com a FASCEMAR	5.664	-	18.4078	-	24.072
	195.610	(542)	845.267	(2.663)	1.037.672
Total de empréstimos e financiamentos					
	196.357	(542)	852.540	(2.663)	1.045.692
Debêntures					
	66.941	-	253.139	-	320.080
Total líquido					
	263.298	(542)	1.105.679	(2.663)	1.365.772
	Consolidado				
	31.12.2010				
	Circulante		Não circulante		Total
	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	
Moeda estrangeira					
Tesouro Nacional	747	-	7.273	-	8.020
	747	-	7.273	-	8.020
Moeda nacional					
Eletróbrás	46.137	-	363.377	-	409.514
Eletróbrás	26.594	(266)	93.500	(1.081)	121.441
IFC	23.405	(268)	226.552	(1.571)	251.796
BNB	28.440	(3)	133.149	(4)	161.596
BNDES	569	(5)	846	(7)	1.427

Notas Explicativas

FINEP	120	-	9.435	-	9.555
FINAME	7.019	-	-	-	7.019
Banco ABC	28.800	-	-	-	28.800
Banco Itaú BBA	28.862	-	-	-	28.862
Votorantim	5.664	-	18.4078	-	24.072
Dívida com a FASCEMAR	<u>195.610</u>	<u>(542)</u>	<u>845.267</u>	<u>(2.663)</u>	<u>1.203.342</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>196.357</u>	<u>(542)</u>	<u>852.540</u>	<u>(2.663)</u>	<u>1.044.082</u>
Debêntures	<u>66.941</u>	<u>-</u>	<u>253.139</u>	<u>-</u>	<u>320.080</u>
Total líquido	<u>263.298</u>	<u>(542)</u>	<u>1.105.679</u>	<u>(2.663)</u>	<u>1.372.182</u>

(*) Em atendimento a Deliberação nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, o Grupo apropriou os custos referentes à captação dos empréstimos a partir de 2008, no resultado em função de influência do prazo, com base no método do custo amortizado.

a. Escalonamento das parcelas de empréstimo, financiamentos e debêntures vencíveis no circulante e não circulante (inclui custos de captação).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, tinham os seguintes vencimentos:

Valor da Dívida	Consolidado					
	31.03.2011			31.12.2010		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Total circulante	<u>266.503</u>	<u>818</u>	<u>267.321</u>	<u>262.009</u>	<u>747</u>	<u>262.756</u>
2012	132.048	481	132.529	226.629	493	227.122
2013	349.269	308	349.577	339.375	316	339.691
2014	122.397	154	122.551	113.474	157	113.631
2015	116.576	-	116.576	108.768	-	108.768
2016	68.140	-	68.140	74.715	-	74.715
após 2016	<u>245.653</u>	<u>6.156</u>	<u>251.809</u>	<u>232.782</u>	<u>6.307</u>	<u>239.089</u>
Total não circulante	<u>1.034.083</u>	<u>7.099</u>	<u>1.041.182</u>	<u>1.095.743</u>	<u>7.273</u>	<u>1.103.016</u>

b. Demonstrativo das dívidas

Financiador	Data de assinatura	Moeda/Índice	Taxa de juros	31/3/2011	31/12/2010
TN - Discount Bond	15/4/1994	US\$	US\$ + (Liber/Sem + 13/16% a. a.)	2.548	2.600
TN - Par Bond	15/4/1994	US\$	US\$ + 6% a .a	3.729	3.763
TN - C. Bond	15/4/1994	US\$	US\$ + 8% a .a	1.119	1.124
TN - Debit. Conv. Bond	15/4/1994	US\$	US\$ + (Liber/Sem + 7/8% a. a.)	521	533
				<u>7.917</u>	<u>8.020</u>
Moeda estrangeira					
BNB - NOVA SEDE	6/12/2007	REAL	8,50% a. a.	4.251	4.858
BNB I	23/11/2005	REAL	8,50% a. a.	93.364	97.995
BNB II	5/2/2009	REAL	8,50% a. a.	147.026	147.104
BNDES - FINAME PSI	15/4/2010	REAL	4,5% a.a.	9.949	9.514
BNDES - FINEN I	10/4/2007	TJLP	TJLP + 4,8% a.a.	7.195	9.157
BNDES - FINEN II	11/3/2008	TJLP	TJLP + 3,6% a.a.	47.124	52.174
BNDES - PEC	9/12/2010	TJLP	TJLP + 4,91% a.a.	102.889	100.259
Debêntures 3º emissão	1/3/2007	CDI	105,8% CDI	215.819	276.881
ELETROBRÁS	27/4/2004	RGR,	Diversas	438.981	409.514

Notas Explicativas

Financiador	Data de assinatura	Moeda/ Índice	Taxa de juros	31/3/2011	31/12/2010
		FINEL e IGP-M			
FASCEMAR	20/4/2001	CDI	102% do CDI	23.483	24.071
FINAME	20/4/2006	TJLP	TJLP + 9,5% a. a.	16	41
FINEP	13/6/2006	TJLP	TJLP + 2% a. a.	1.274	1.415
IFC	1/2/2008	CDI	90,9% do CDI + 1,5% a.a.	106.318	120.094
Banco ABC		CDI		-	7.019
Debêntures		TJLP		43.942	43.199
Itaú BBA	1/9/2009	CDI		27.386	28.800
Votorantin	Diversas	CDI		27.387	28.862
Safra		CDI		7.254	-
Moeda nacional				<u>1.303.658</u>	<u>1.360.957</u>
Total geral (sem os custos de captação a amortizar)				<u>1.311.575</u>	<u>1.368.977</u>
Custos de Captação				(3.072)	(3.205)
Total geral (com os custos de captação)				<u>1.308.503</u>	<u>1.365.772</u>
Circulante				<u>267.321</u>	<u>262.756</u>
Não circulante				<u>1.041.182</u>	<u>1.103.016</u>

c. Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural

A ANEEL, por meio da Resolução nº223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52, de 25 de março de 2004, e nº 175, de 28 de novembro de 2005 estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade do atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KW), com carga instalada de até 50 KW.

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR investiu R\$1.250.553 (R\$1.212.256 em 31 de dezembro de 2010) referentes ao Programa de Universalização.

Programa Luz para Todos

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR já recebeu um total de R\$935.850, referentes a recursos da CDE, e R\$141.892, referentes a recursos da RGR, cuja abertura por contrato assinado é demonstrado no quadro a seguir:

Contrato	Parcela RGR	% RGR	Parcela CDE	% CDE	TOTAL
ECFS 027/2004	13.437	13,33%	87.341	86,67%	100.778
ECFS 140/2006	23.512	13,33%	152.829	86,67%	176.341
ECFS 176/2007	37.204	13,33%	241.827	86,67%	279.031
ECFS 236/2008	40.632	13,33%	264.106	86,67%	304.738
ECFS 281/2008	27.107	12,50%	189.747	87,50%	216.854
Total	141.892	13,17%	935.850	86,83%	1.077.742

Notas Explicativas

d. Covenants

A captação do IFC e os empréstimos com o BNDES, classificados no circulante e no não circulante, prevêm a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

17 Debêntures

	Consolidado				Total
	31.03.2011				
	Circulante		Não circulante		
Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar		
Debêntures	59.339	-	200.422	-	259.761

	Consolidado				Total
	31.12.2010				
	Circulante		Não circulante		
Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar		
Debêntures	66.941	-	253.139	-	320.080

Terceira emissão de debêntures - CEMAR

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. No mês de abril de 2007, ocorreram pré-pagamentos, no montante de R\$257.902, contemplando os contratos junto a Eletrobrás (2035/00); Eletronorte (protocolo); Eletronorte (suprimento), 2ª emissão de debêntures, Concórdia CCV e Fundo CCV. Em 31 de março de 2011, o efeito dessa operação é de 11,03% ao ano (10,32% em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de março de 2011, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$160.380, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	Valor
2013	<u>160.380</u>
Total	<u>160.380</u>

Notas Explicativas

Debêntures Geradora de Energia do Norte

O financiamento na modalidade FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia no valor total de R\$334.057 foi assinado em 23 de novembro de 2009. É corrigido pela TJLP, acrescido de 0,85% a.a. mais 0,15% de del credere, com amortização prevista em 180 meses. Até 31 de março de 2011, daquele montante, foram liberados R\$175.770.

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória por fiança, conversíveis em ações preferenciais ou ordinárias, caso haja manifestação desta opção nos vencimentos das parcelas semestrais por parte da SUDAM, limitada a 15% de cada parcela programada. Esse financiamento também está garantido por acionistas, pelo penhor da Usina e pelos direitos de crédito dos CCEAR.

Em 31 de março de 2011, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$40.042, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	Valor
2012	2.620
2013	2.620
2014	2.620
2015	2.620
2016	2.620
após 2016	<u>26.942</u>
Total	<u>40.042</u>

Covenants

As Emissões de Debêntures, classificados no circulante e no não circulante, prevêm a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No exercício findo em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

Notas Explicativas

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
CIRCULANTE				
Impostos a recolher				
IRRF	962	963	1.042	977
ICMS (f)			19.744	19.554
PIS/COFINS	127	48	7.466	8.181
REFIS/PAES			1.129	1.129
Encargos Sociais e Outros			5.202	5.043
Outros	1	59	1.191	1.441
	<u>1.090</u>	<u>1.070</u>	<u>35.774</u>	<u>36.325</u>
Impostos sobre o lucro				
Antecipação de IRPJ / CSL	466		42.663	-
Provisão de IRPJ / CSL	381	522	513	38.729
	<u>847</u>	<u>522</u>	<u>43.176</u>	<u>38.729</u>
Total	<u>1.937</u>	<u>1.592</u>	<u>78.950</u>	<u>75.054</u>
NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recolher				
REFIS/PAES	-	-	83.536	83.536
Outros			823	793
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84.359</u>	<u>84.329</u>
Ativo Fiscal Diferido				
IRPJ e CSLL diferidos	50	50	110.404	104.577
	<u>50</u>	<u>50</u>	<u>110.404</u>	<u>104.577</u>
Total	<u>50</u>	<u>50</u>	<u>194.763</u>	<u>188.906</u>

a. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

	31.03.2011	31.12.2010
Passivo circulante	1.128	1.129
Passivo não circulante	<u>83.536</u>	<u>83.536</u>
Total	<u>84.664</u>	<u>84.665</u>

Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR formalizou sua adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES será parcelado em até 180 meses. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil RFB.

Os principais benefícios desta adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$24.756, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante inicial incluído no REFIS foi de R\$72.522. Visto que R\$34.028 serão compensados com

Notas Explicativas

prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$38.494, o mesmo teve um efeito de R\$72.522 no resultado de 2009, reconhecido respectivamente nas seguintes contas:

Despesas financeiras	(58.784)
Imposto de renda e contribuição social	(38.260)
Outras receitas operacionais	24.756
Outras despesas operacionais	(234)

A referida dívida, no montante de R\$38.494 será quitada em 180 parcelas. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Os pagamentos do REFIS no valor de R\$2.742, estão sendo contabilizados na conta de outros impostos a recuperar até que seja homologado a consolidação dos débitos inclusos no parcelamento.

19 Provisão para contingências

A CEMAR é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMAR, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2011			2010		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis e tributárias	130.194	107.988	22.206	125.586	98480	27.106
Trabalhistas	28.550	13.327	15.223	27.963	14.031	13.932
Regulatórias	3.548	-	3.548	3.305	-	3.305
	162.292	121.315	40.977	156.854	112.511	44.343
Circulante	39.977	13.742	26.204	38.138	10.694	27.444
Não circulante	122.345	107573	14.772	118.716	101817	16.899
	162.292	121.315	40.976	156.854	112.511	44.343

As contingências passivas estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais, porém, não necessariamente todos os depósitos judiciais estão relacionados a demandas passivas, por ser resultado de causas ativas por parte da CEMAR.

Notas Explicativas***Movimentação dos processos no exercício***

	31.12.2010		31.03.2011			
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Reversão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis e						
Tributárias	125.586	13.285	(3.528)	(5.147)	-	130.196
Trabalhistas	27.963	4.957	(1.639)	(2.732)	-	28.549
Regulatórias	3.305	242	-	-	-	3.547
	156.854	18.484	(5.167)	(7.879)	-	162.292

(1) Gastos efetivos de contingências judiciais.

(2) Reversões realizados no exercício.

(3) Atualizações monetárias.

Trabalhistas

Representada por 673 ações movidas por ex-empregados contra a CEMAR, envolvendo a cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis e tributárias

A CEMAR figura como parte ré em 22.460 processos cíveis e tributários, sendo que 18.094 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

As ações cíveis mais significativas consistem em 7 (sete) ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, morte por eletropressão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores, demandas essas com valor aproximado de provisão na ordem de R\$ 5.120.

Registra-se, ainda, que a CEMAR continua monitorando o trâmite das ações de Prestação de Contas e indenizatória ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga Taxa de Iluminação Pública - TIP, não obstante a alteração da probabilidade de perda (de provável para possível) em face da procedência, à unanimidade, de uma das ações rescisórias ajuizadas pela Companhia no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A outra ação rescisória, ajuizada contra decisão proferida na ação de prestação de contas, não sofreu alteração significativa nos últimos três meses.

As demonstrações financeiras trimestrais findadas em 31 de março de 2011 contemplam provisão de R\$ 54.958 (R\$54.958 em 31 de dezembro de 2010).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$ 71.330 e R\$ 16.937, respectivamente (R\$1.330 e R\$16.937, em 31 de dezembro de 2010 para as quais não foi constituída provisão. (principais causas possíveis devem ser divulgadas).

Notas Explicativas

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Regulatórias

No período de 22 de setembro de 2009 a 3 de outubro de 2009 a ANEEL/SFE empreendeu fiscalização de Qualidade (Técnica/Comercial). A Fiscalização resultou no ao TN nº 015/2009-SFE/ANEEL e no AI nº 108/2009-SFE/ANEEL, o qual estabeleceu uma multa no valor de R\$1.797. O valor da multa foi provisionado em dezembro de 2009.

Adicionalmente, desde junho/2010 a CCEE iniciou o processo de apuração de penalidades por problemas de medição de fronteira. Tendo em vista dificuldades diversas associadas com os pontos de medição em Presidente Dutra, a CEMAR recebeu os termos de notificação TN 627/2010 CCEE, TN 853/2010 CCEE e TN 1026/2010 CCEE, referentes a problemas nos meses de junho, julho e agosto de 2010, respectivamente. O valor total das multas, já provisionados, é de R\$1.284 (valor original). A CEMAR apresentou sua defesa para a situação que motivou as penalidades, e a CCEE suspendeu a cobrança das multas para avaliar a questão. Assim, a CEMAR aguarda a decisão final por parte da CCEE.

Por fim, foi recebido em 27 de outubro de 2010, o AI 103/2010-SFE referente à fiscalização dos indicadores de desempenho da Central de Atendimento da CEMAR. O referido AI aplicou penalidade no valor de R\$30. Posteriormente, por meio do Despacho nº 3688, de 02.12.2010, o valor da multa em questão foi reduzido para R\$28. A CEMAR recorreu e aguarda decisão final da Agência sobre a penalidade.

20 Dividendos (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

No dia 29 de março de 2011, foi realizada a Reunião do Conselho de Administração, onde foi aprovada a declaração de dividendos propostos em R\$165.761 referentes ao exercício de 2010 e distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$30.846.

Esse montante corresponde a uma proposta de distribuição equivalente a 100,00% do lucro líquido de 2010, após dedução de reserva legal de R\$8.724 de reserva de incentivo fiscal.

Notas Explicativas

21 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	470	563
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	235	282
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.383	11.593
Programa de Eficiência Energética - PEE	<u>33.439</u>	<u>31.563</u>
Total	<u>46.527</u>	<u>44.001</u>
Circulante	18.416	15.890
Não circulante	28.111	28.111

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico - P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa da ANEEL nº 215, de 28 de março de 2006. Os respectivos valores foram contabilizados no resultado.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de março de 2011, representa R\$566.831 (R\$566.831 em 31 de dezembro de 2010) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	ON	TOTAL	%
PCP Latin America Power S/A	58.671.559	58.671.559	53,7%
Squadra Investimentos	5.725.240	5.725.240	5,2%
Credit Suisse Hedging-Griffo	5.448.100	5.448.100	5,0%
Minoritários	<u>39.381.773</u>	<u>39.381.773</u>	<u>36,1%</u>
Total	<u>109.226.672</u>	<u>109.226.672</u>	<u>100,0%</u>

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% da “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

Alteração na participação societária da Equatorial

Em 8 de abril de 2009, foram subscritas 17.250 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.817.876 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foram subscritas 41.229 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.859.105 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de agosto de 2009, foram subscritas 21.400 ações ordinárias por conta dos

Notas Explicativas

beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.880.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 1º de dezembro de 2009, foram subscritas 2.525 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.883.030 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 4 de janeiro de 2010, foram subscritas 2.098.244 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 107.981.274 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 4 de março de 2010, foram subscritas 499.554 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 108.480.828 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Planos de opção de compra de ações

As informações apresentadas nesta seção estão ajustadas em função da conversão e agrupamento das ações da Companhia implementados em 7 de abril de 2008, para facilitar a compreensão das mesmas. Nesta data, o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.573 mil ações ordinárias, após a conversão de uma ação preferencial em uma ação ordinária e, subsequentemente, agrupamento de três ações ordinárias em uma ação da mesma classe.

Terceiro plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de outubro de 2008, a criação do Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Terceiro Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano representarão o máximo de 4.000 mil ações da Equatorial. Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia, dentro dos limites do capital autorizado previsto no Estatuto Social. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor da Participação nos Lucros, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual (“PL”) a que fizerem jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

Em 9 de fevereiro de 2009, o Comitê de Administração do Terceiro Plano outorgou 3.819 mil opções de compra de ações, das quais 163 mil foram subscritas na mesma data. Posteriormente, em 7 de maio de 2009, mais 181 mil opções foram outorgadas, complementando o valor máximo oferecido nos termos do Plano de 4.000 mil opções.

Notas Explicativas

Em 8 de abril de 2009, mais 17 mil ações ordinárias foram subscritas, utilizando os recursos provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela Companhia relativos às ações de propriedade dos beneficiários adquiridas no âmbito do Plano, e de acordo com as suas cláusulas.

Novamente, em 4 e 8 de junho de 2009, utilizando os recursos provenientes de dividendos distribuídos pela Companhia, os beneficiários do Plano, subscreveram mais 41 mil ações ordinárias.

Em 28 de agosto de 2009, foram subscritas mais 21 mil opções pelos beneficiários do Plano remanescendo um saldo a ser subscrito no âmbito do Plano de 3.758 mil opções em 30 de setembro de 2009.

Em 30 de novembro de 2009 mais 3 mil opções foram subscritas, devido ao pagamento da última parcela de dividendos relativos ao exercício de 2008.

Em 4 de janeiro e 1 de março de 2010, foram subscritas 2.098 mil e 500 mil ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, respectivamente. Essas subscrições fazem parte do 1º e 2º lotes outorgados no Plano.

Em 09 de setembro de 2010, foram subscritas 345 mil ações no âmbito do Plano, as quais fazem parte do 1º e 2º lotes outorgados, ainda a ser reconhecido na próxima Assembléia Geral a ser realizada pela Companhia.

Após essas subscrições, o saldo em 31 de março de 2011 era de 811 mil ações ordinárias.

Resumidamente, as informações relativas ao terceiro plano de opções de compra de ações, o único vigente atualmente, estão apresentadas a seguir:

Em milhares de ações	Terceiro plano
Total de ações outorgadas no plano	4.000
Opções exercidas até 31.12.2009	(204)
Saldo remanescente em 31.12.2009	<u>3.796</u>
Opções exercidas entre 01.01.2010 e 30.09.2010	(2.985)
Saldo remanescente em 31.03.2011	<u>811</u>
<i>Potencial de diluição</i>	

De acordo com as regras de cada plano de opções de ações, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a no máximo 0,7%.

Administração dos planos

Nos planos de opções de compra estão incluídas ações ordinárias representativas do capital social, a ser administrado por um comitê, formado por 3 membros do seu Conselho de Administração da Companhia. O Comitê possui poderes para estabelecer as normas apropriadas a respeito da concessão das opções, a cada ano, por meio de Programas de Opções de Ações.

Notas Explicativas

23 Fornecimento e suprimento de energia elétrica

Em 31 de março de 2011 e 2010, a composição do fornecimento de energia elétrica, pelas suas classes de consumidores é a seguinte:

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Residencial	467.658	149.155	163.364	156.146
Industrial	102.055	34.495	29.796	28.329
Comércio, serviços e outras	198.137	68.350	74.525	72.343
Rural	29.070	10.277	7.096	7.711
Poder público	57.577	20.996	22.200	22.910
Iluminação pública	80.321	25.119	16.956	13.983
Serviço público	62.767	21.560	18.214	17.890
Consumo próprio	1.550	616	-	-
MAE e CEPISA	-	-	19.190	-
Baixa Renda	-	-	24.894	30.276
Outras	10.327	-	26.044	19.088
Receita de Construção	-	-	78.433	69.321
Fornecimento faturado	1.009.462	330.568	480.567	437.997
ICMS	-	-	68.849	55.809
Fornecimento não faturado	-	-	2.284	3.940
TOTAL FORNECIMENTO	1.009.462	330.568	551.700	497.746

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Nas linhas das classes acima foram excluídos os valores de ICMS e rendas não faturadas.

24 Deduções da receita

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Receita operacional	793	335	551.700	497.746
Fornecimento de energia elétrica	-	-	438.821	422.123
Suprimento de energia elétrica	-	-	19.190	1.574
Receita de construção	-	-	78.433	69.321
Outras receitas	793	335	15.256	4.728
Deduções à receita operacional	(113)	(48)	(132.631)	(123.606)
ICMS sobre venda de energia elétrica	-	-	(68.849)	(66.689)
PISeCOFINS	(73)	(31)	(41.678)	(38.837)
Encargos do consumidor	-	-	(17.572)	(12.676)
Cota para RGR	-	-	(2.206)	(4.458)
ISS	(40)	(17)	(285)	(187)
Encargos de capacidade emergencial	-	-	(2.040)	7
Outros	-	-	-	(766)
Receita operacional líquida	680	287	419.068	374.140

25 Resultado operacional

As despesas operacionais têm a seguinte a composição por natureza de gasto:

	Controladora	
	31.03.2011	31.03.2010
	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas
Pessoal e administradores	3.220	7.250
Material	2	6
Serviço de terceiros	343	781
Outras	310	-
Resultado financeiro	(2.165)	(1.983)
Resultado de equivalência	(35.263)	(59.585)

Notas Explicativas

Receitas e despesas não operacionais	---	603
Total	(33.553)	(52.928)

Consolidado						
31.03.2011						
31.03.2010						
	Custo do Serviço		Despesas Operacionais		Total	Total
	Com Energia	De Operação	Com Vendas (1)	Gerais e Administrativas (2)		
Energia elétrica comprada para revenda	1.802	113.288	-	-	115.090	100.503
Pessoal e administradores	5.137	34	4.320	4.605	14.096	25.132
Material	1.296	-	63	311	1.670	2.048
Serviço de terceiros	12.111	-	18.996	20.925	52.032	29.559
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	-	862	-	862	729
Provisão	-	-	-	12.017	12.017	7.160
Custo de construção	-	78.433	-	-	78.433	69.321
Encargos de uso do sistema transmissão	-	22.346	-	-	22.346	21.072
Outras	(996)	-	1.964	8.284	11.244	3.988
Resultado financeiro	-	-	-	-	7.862	6.384
Resultado de equivalência	-	-	-	-	2.097	(13.498)
Receitas e despesas não operacionais	-	-	-	-	541	3.084
	19.350	214.101	26.205	46.142	316.298	255.482
Depreciação e amortização	23.030	-	-	3.926	26.956	23.101
Arrendamento e aluguéis	363	-	415	157	935	953
Total	42.743	214.101	26.620	50.225	344.189	279.536

- (1) Referem-se às despesas com vendas (comerciais) e despesas com provisões para devedores duvidosos.
- (2) Referem-se ao resultado líquido de despesas administrativas, com pessoal e administradores, de provisão (reversão) para contingências, depreciação e amortização, outras despesas (receitas) operacionais.

Notas Explicativas

25 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010
Numerador		
Lucro líquido do exercício (R\$mil)	34.163	52.961
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	109.227	108.481
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,31277	0,48821

Em 31 de março de 2011 e 2010 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

26 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No exercício findo em 31 de março de 2011, esse valor importou em R\$445 (R\$608 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

27 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Equatorial e pela Controlada CEMAR estão demonstrados a seguir:

- **EQUATORIAL:**

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade Civil - D&O	07/06/2011	10.000
Sede da Equatorial - RJ	22/04/2011	2.789

- **CEMAR:**

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos nomeados - Subestações e estoques e infra estrutura	01.01.2012	151.581
Responsabilidade civil geral - Operações	01.01.2012	7.000
Automóvel	01.02.2012	(a)

A CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

28 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: Caixa e equivalentes de caixa, Empréstimos e financiamentos, Obrigações com debêntures, Fornecedores, Ativos de concessão e Consumidores e Revendedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

b. Política de utilização de derivativos

A Equatorial não possui operações com derivativos, sendo possível, no entanto, sua utilização para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e cotações de moedas estrangeiras, se necessário.

Notas Explicativas

c. Valor Justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão identificados a seguir:

Consolidado				
	31.03.2011		31.12.2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	511.855	511.855	550.077	550.077
Consumidores e revendedores	466.859	466.859	455.783	455.783
Ativo financeiro de concessão	22.599	22.599	50.409	50.409
Total Ativos	978.714	978.714	1.056.269	1.056.269
PASSIVO				
Fornecedor	144.817	144.817	174.047	174.047
Empréstimos e financiamentos	1.048.741	1.051.814	1.045.692	1.048.897
Debêntures	259.761	259.761	320.080	320.080
Total Passivo	1.193.558	1.196.631	1.539.819	1.543.024

- **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificadas como ativos financeiros e não são mensuradas a valor justo. O valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial.
- **Consumidores e revendedores** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificadas como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo Financeiro de Concessão** – são classificadas como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos**– os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa do Grupo são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

Notas Explicativas

O Grupo mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros do Grupo são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Desta forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Numerários disponíveis	86	38	12.477	25.550
Investimentos Financeiros	80.878	80.692	499.378	524.528
Total	80.964	80.730	511.855	550.078

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Por ser uma holding, os principais riscos da Companhia estão relacionados ao desempenho das suas Controlada e controladas em conjunto. Conforme a Instrução nº 475 da CVM.

Os fatores de risco da controlada CEMAR foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

Risco de crédito - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores e revendedores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 16 e 17.

A Grupo tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Riscos de mercado – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de

Notas Explicativas

endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.

Risco Cambial - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,64% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, 0,64% de sua dívida, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2010 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco de Variação Cambial							R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	
PASSIVOS FINANCEIROS							
STN	USD	194	(1.785)	(3.765)	2.174	4.153	
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS							
		Taxa em 31.03.2011	+25%	+50%	-25%	-50%	
Dólar USD/R\$		1,63	2,04	2,45	1,22	0,82	

Risco de vencimento antecipado - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 16 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**(Empréstimos e financiamentos) e nº 17 (Debêntures).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos Financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2010 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Notas Explicativas

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros				R\$ Mil		
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	11.500	13.975	16.744	8.393	5.581
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 2034/00	FINEL	(723)	(761)	(798)	(686)	(649)
ECF - 1510/97	FINEL	(12)	(13)	(13)	(12)	(11)
ECF - 1639/97	FINEL	(107)	(112)	(117)	(102)	(97)
ECF - 1645/97	FINEL	(22)	(23)	(24)	(21)	(20)
ECF - 1960/99	IGP-M	(4.240)	(5.198)	(6.157)	(3.281)	(2.322)
ECF - 1907/99	FINEL	(16)	(17)	(17)	(15)	(14)
ECF - 1908/99	FINEL	(106)	(111)	(116)	(100)	(95)
FASCEMAR	CDI	(847)	(1.001)	(1.155)	(692)	(538)
FINEP	TJLP	(26)	(30)	(35)	(21)	(17)
FINAME 01	TJLP	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
FINAME 02	TJLP	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
BNDES I	TJLP	(210)	(236)	(262)	(184)	(158)
IFC	CDI	(2.553)	(3.177)	(3.801)	(1.929)	(1.305)
BNDES II	TJLP	(1.138)	(1.309)	(1.479)	(968)	(798)
BNDES PEC	TJLP	(2.629)	(3.001)	(3.373)	(2.257)	(1.885)
DEBENTURES 3ª EMISSÃO	CDI	(7.112)	(8.580)	(10.049)	(5.643)	(4.174)
Total Despesas Financeiras (Ativos + Passivos)		(8.047)	(11.380)	(14.419)	(5.346)	(2.350)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS						
		Taxa em 31.03.2011	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% acum. no trimestre)		2,64	3,31	3,97	1,98	1,32
TJLP (% acum. no trimestre)		1,47	1,83	2,20	1,10	0,73
IGP-M (% acum. no trimestre)		2,43	3,04	3,65	1,82	1,22

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da CEMAR é demonstrada abaixo:

Cenários	Resultado do Exercício	
	(Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(3.033)	(3.033)
Cenário III	(5.799)	(5.799)
Cenário IV	2.458	2.458
Cenário V	5.184	5.184

f. Gestão do capital

O Grupo administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez do Grupo.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operação do Grupo:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

Notas Explicativas

29 Eventos Subsequentes

a. Aprovação da proposta de dividendos

Em 29 de abril de 2011, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, onde foi aprovado o pagamento dos dividendos no montante de R\$165.761 referentes ao exercício de 2010 e distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$30.846.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Alexandre Gonçalves Silva

Carlos Augusto Leone Piani

Celso Fernandez Quintella

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Gilberto Sayão da Silva

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal

Efetivos

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Franceschi

Sergio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Ana Marta Horta Veloso
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Notas Explicativas

Gerência de Controladoria

Humberto Soares Filho
Gerente da Controladoria
CPF 915.885.025-20

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE-012996-O-S - MA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão especial das Informações Trimestrais (ITR)

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luís - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Equatorial Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Equatorial Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações

contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 S MA

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC 1RS048980/O-0 S MA

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	